



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A CONFIANÇA DOS SÃOVICENTINOS PERANTE AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
- O CASO DOS PARTIDOS POLÍTICOS**

HEIDY CIBELLE DO ROSÁRIO LIMA

Mindelo, 2018



Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais
Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Título Da Monografia:

A confiança dos são-vicentinos perante as Instituições Políticas:
O caso dos Partidos Políticos

Autora: Heidy Cibelle do Rosário Lima

Orientador: Mestre Arcádio Lopes

Mindelo, 2018
Autora: Heidy Cibelle do Rosário Lima

A confiança dos são-vicentinos perante as Instituições Políticas: o caso dos Partidos Políticos

Declaração de Originalidade

Declaro que esta Monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

A Candidata,

Heidy Cibelle do Rosário Lima

Mindelo, de 2018

*"Trabalho apresentado à
Universidade do Mindelo como parte
dos requisitos para obtenção do grau
de Licenciatura em Ciência Política
e Relações internacionais"*

RESUMO

Este trabalho intitulado – a confiança dos são-vicentinos perante as Instituições Políticas: o caso dos Partidos Políticos – tem por objetivo analisar o nível de confiança dos são-vicentinos perante as instituições políticas, em particular os Partidos Políticos.

Ao longo do trabalho procurou-se evidenciar que a confiança dos cidadãos perante as Instituições Políticas, particularmente, os Partidos Políticos é um tema que tem bastante interesse nos dias de hoje, uma vez que, qualquer regime que se entende por democrático tem suas bases numa relação de confiança entre representantes e representados que tem sua expressão prática na escolha de um candidato/partido por altura das eleições.

Os eleitores escolhem aqueles que no seu entender irão representá-los de melhor forma e, sobretudo que defendem os interesses da coletividade. Mas nem sempre aquilo que os eleitores esperam dos partidos acontece na prática, na medida em que, são os partidos políticos que gozam de menor confiança dos cidadãos.

Em Cabo Verde, a fraca afluência às urnas, verificada nas últimas eleições (Legislativas, Presidenciais e Autárquicas), a diminuição da participação política, aliada aos dados da nossa pesquisa demonstram claramente o descontentamento, dos cidadãos perante os Partidos Políticos. Estes poderão ser alguns dos fatores que estarão por detrás de uma perigosa ameaça aos regimes democráticos.

A participação política é uma marca de extrema importância para as democracias, e para que essa participação seja efetiva, ela deve basear-se numa relação de confiança entre representantes e representados.

Palavras-chave: Confiança, Partidos Políticos, Democracia.

ABSTRACT:

This work is entitled – the confidence of the são-vicentinos in Political Institutions: the case of Political Parties. The aim of the work is to analyze the level of trust of the são- vicentinos, in Political Institutions, in particular Political Parties.

It has been pointed out that the confidence of the citizens in Political Institutions is a subject that has much interest in the present days, because any democratic regime has its bases in a relationship between representatives and represent, and its practical expression is the election of a candidate in the elections.

Voters choose those who, in their opinion, will better represent them and, above all, defend the interests of the community. However, not always, what voters expect from parties happens in practice, that is why the Political Parties are the institutions that enjoy the least trust of citizens.

In Cape Verde, the low turnout to the polls verified in the last elections (Legislative, Presidential and Municipal), the decrease of the political participation, allied to the data of our research clearly demonstrate the displeasure of the citizens in the Political Parties. These may be some of the factors behind a dangerous threat to democratic regimes.

Citizen participation in political life is an important mark of democracies, and for this to be effective it must be based on a relationship of trust between representatives and represented.

Key words: Confidence, Political Parties, Democracy.

*“Aos meus pais Arlindo Lima e
Elvira do Rosário”.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar queria agradecer a deus que me deu tanta força ao longo dessa caminhada. Aos meus pais que me apoiaram incondicionalmente desde o início, devo a eles as minhas conquistas, eternamente grata por tudo o que fizeram para que eu pudesse chegar aonde eu cheguei.

Aos meus irmãos pelo carinho, pela força, pelos momentos de descontração, principalmente a minha irmã Nareida Lima por todo o apoio manifestado, pela ajuda que foi essencial para a realização do trabalho, muito obrigada.

Ao meu namorado e companheiro, pelo grande incentivo, pelo apoio moral e por mostrar-se disponível sempre que precisei.

Ao meu orientador Mestre Arcádio Lopes pela boa orientação e por ajudar sempre, para que o trabalho se materializasse muito obrigada.

Ao Helton pela grande ajuda e disponibilidade que foi determinante para a conclusão do trabalho.

A FICASE, a minha eterna gratidão pelo financiamento da minha licenciatura, a Universidade do Mindelo e por fim, mas não menos importante, a professora e coordenadora do curso Mestre Risanda Soares pela grande motivação.

GLOSSARIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

FICASE	Fundação Cabo-verdiana de Ação Social e Escolar
MPD	Movimento para a Democracia
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
SPSS	Statistics Package for Social Sciences
UCID	União Caboverdiana Independente e Democrática

ÍNDICE

RESUMO	v
ABSTRACT:	vi
AGRADECIMENTOS	viii
GLOSSARIO DE TERMOS E ABREVIATURAS	ix
ÍNDICE DE TABELAS	xii
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xiii
INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA	3
CAPÍTULO I – ESTADO DE ARTE	4
1. A DEMOCRACIA	4
A CONFIANÇA POLÍTICA	5
3. A CULTURA POLÍTICA	8
4. AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	10
5. OS PARTIDOS POLÍTICOS	11
6. OS PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS EM CABO VERDE	13
6.1 - O PAICV	13
6.2 - O MPD	14
6.3 - A UCID	14
7. AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS	15
8. A IDENTIFICAÇÃO - FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	17
CAPÍTULO II - RELAÇÃO ENTRE OS CIDADÃOS E AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NO CABO VERDE DEMOCRÁTICO	19
A CONFIANÇA DOS CABO-VERDIANOS NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS EM CABO VERDE (DADOS de 2002 até 2014)	19
CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO	23

INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA INVESTIGAÇÃO	23
CONCLUSÃO	40
RECOMENDAÇÕES	43
BIBLIOGRAFIA	44
ANEXOS	47
ANEXO DE TABELAS	47
QUESTIONÁRIO.....	53

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - A confiança dos cabo-verdianos perante as instituições políticas de 2002 a 2014	19
Tabela 2 - Faixa etária?	47
Tabela 3 - Género?	47
Tabela 4 - Nível de confiança no Primeiro Ministro.	47
Tabela 5 - Nível de confiança na Assembleia Nacional.	48
Tabela 6 - Nível de confiança no Presidente da República.	48
Tabela 7 - Nível de confiança no Governo.	48
Tabela 8 - Nível de confiança de Partidos nos Políticos.....	49
Tabela 9 - Nível de confiança de Partido Poder	49
Tabela 10 - Nível de confiança de Partido na Oposição.....	49
Tabela 11 - Sem Partidos não há Democracia. Concorda?	50
Tabela 12 - Graças aos Partidos que as pessoas participam na política. Concorda?	50
Tabela 13 - Os Partidos só servem para dividir pessoas. Concorda?	50
Tabela 14 - Os Partidos se criticam, mas são todos iguais. Concorda?	51
Tabela 15 - A bipolarização partidária inibe o desenvolvimento democrático em Cabo Verde. Concorda?.....	51
Tabela 16 - Os Partidos Cabo-verdianos possuem ideologia. Concorda?	51
Tabela 17 - Qual o fator que leva à desconfiança dos cabo-verdianos nos Partidos Políticos?	52

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Qual é a sua faixa etária?.....	23
Gráfico 2 - Género?	24
Gráfico 3 - Até que ponto você confia no Primeiro Ministro?	24
Gráfico 4 - Até que ponto você confia na Assembleia Nacional?	25
Gráfico 5 - Até que ponto você confia no Presidente da República?	26
Gráfico 6 - Até que ponto você confia no Governo?	27
Gráfico 7 - Até que ponto você confia nos Partidos Políticos em Cabo Verde? 28	
Gráfico 8 - Até que ponto você confia no Partido no Poder?	30
Gráfico 9 - Até que ponto você confia no Partido da Oposição?	31
Gráfico 10 - Sem Partidos não pode haver democracia. Concorda?.....	32
Gráfico 11 - É graças aos Partidos Políticos que as pessoas participam na política. Concorda?.....	33
Gráfico 12 - Os Partidos Políticos só servem para dividir as pessoas. Concorda?	34
Gráfico 13 - Os Partidos Políticos criticam-se muito uns aos outros, mas são todos iguais. Concorda	35
Gráfico 14 - A bipolarização partidária inibe o desenvolvimento democrático em Cabo Verde. Concorda?.....	36
Gráfico 15 - Os Partidos Políticos em Cabo Verde possuem ideologia. Concorda?	37
Gráfico 16 - Na sua opinião, qual o fator que leva à desconfiança dos cidadãos perante os Partidos Políticos em Cabo Verde?	38

INTRODUÇÃO

A confiança nas Instituições Políticas tem sido um tema muito debatido por vários autores no contexto internacional, dada a sua relevância nos dias de hoje. Existe um debate aceso em torno da existência de um descontentamento democrático, isto é, uma atitude crítica à democracia, induzindo os cidadãos a colocar em causa a qualidade desse regime político, e igualmente um crescente descrédito voltado às suas instituições.

A democracia cabo-verdiana tem sido destacada pela comunidade internacional como sendo exemplar, senão mesmo excecional dentro do contexto africano. Embora ainda ela possa ter um longo caminho por percorrer, podemos dizer que nos últimos anos a nossa democracia tem conhecido notáveis avanços, especialmente no que diz respeito à estabilidade política e social que vigora no país o que nos coloca numa posição privilegiada em relação aos demais países africanos que também têm a democracia como o regime político vigente.

O presente trabalho intitulado a confiança dos são-vicentinos perante as Instituições Políticas: o caso dos Partidos Políticos tem em vista analisar o nível de confiança que os são-vicentinos depositam nas Instituições Políticas, em particular nos Partidos Políticos.

A sociedade cabo-verdiana enfrenta, nos últimos anos, uma série de sintomas que levam a crer que existe alguma desconfiança dos cidadãos perante as Instituições Políticas, em particular os Partidos Políticos que segundo dados de instituições credíveis, nomeadamente, Afrobarometer, Afrossodagem, gozam de menor confiança, fazendo com que este tema se torne objeto de debate cada vez mais aceso na esfera política e no seio da própria sociedade civil.

Propõe-se uma atenção maior não apenas à desconfiança dos cidadãos em relação às instituições, mas também às causas e efeitos desse sintoma, que pode culminar na diminuição de apoio ao regime bem como revelar-se um fator que pode comprometer a própria democracia.

Assim, tendo em consideração o tema escolhido, para o desenvolvimento do presente trabalho, foi colocada a seguinte **pergunta de partida**:

“Qual o nível de confiança dos são-vicentinos nos Partidos Políticos?”

Tomou-se como **objetivo geral**:

- Analisar o nível de confiança dos São-vicentinos perante as Instituições Políticas, em particular os Partidos Políticos”

Como **objetivos específicos**, definiu-se:

- Verificar até que ponto os são-vicentinos confiam nos partidos políticos;
- Verificar se existe crise de ideologia dos Partidos Políticos em Cabo Verde;
- Verificar se os Partidos Políticos são as Instituições Políticas em Cabo Verde que de menos confiança gozam por parte dos **são-vicentinos**.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos em que no primeiro abordaremos alguns conceitos que ajudarão na compreensão e interpretação do trabalho, a saber: a democracia, a confiança política, a cultura política, as instituições políticas, os Partidos Políticos, os Partidos Políticos em Cabo Verde, a ideologia partidária e a identificação-filiação partidária.

No segundo abordaremos a relação entre os cidadãos e as Instituições Políticas no Cabo Verde democrático, fazendo uma análise da confiança dos cabo-verdianos perante algumas instituições dando especial atenção aos Partidos Políticos, com base em dados de instituições credíveis nomeadamente a Afrosondagem e o Afrobarômetro.

E no terceiro e último capítulo debruçaremos sobre a parte prática do trabalho, em que apresentaremos os dados recolhidos no terreno, procedendo à devida análise e interpretação dos mesmos, apresentando assim os resultados obtidos.

METODOLOGIA

Qualquer trabalho de investigação pressupõe a seleção e utilização de métodos e técnicas de recolha dos dados necessários para a corporificação do mesmo. Tratando-se de uma temática pertinente da nossa atualidade e um tanto quanto complexa requer uma maior atenção na sua análise de modo a ser coerente.

Neste sentido para levarmos o nosso estudo adiante iremos utilizar o método qualitativo, através da revisão bibliográfica em livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses e todas as fontes documentais que acharmos necessário.

Igualmente iremos utilizar o método quantitativo com a aplicação de um questionário com perguntas fechadas direcionadas aos são-vicentinos com o intuito de conhecer o nível de confiança destes nas Instituições Políticas em Cabo Verde.

Na perspectiva de Fortin, et al. (2009) a investigação quantitativa visa estabelecer fatos, pôr em evidência relações entre variáveis por meio da verificação de hipóteses, prever resultados de causa e efeito ou verificar teorias ou proposições teóricas. Tanto no tratamento do tema de estudo como na obtenção dos resultados, a investigação quantitativa procura chegar a generalizações.

Ele ressalta ainda que o questionário tem por objetivo recolher informação factual sobre acontecimentos ou situações conhecidas, sobre atitudes, crenças, conhecimentos, sentimentos e opiniões. É bastante flexível no que diz respeito à estrutura, a forma e aos meios de recolher a informação.

Neste sentido, foi elaborado um questionário com catorze perguntas fechadas, cumprindo todos os requisitos exigidos na aplicação de um questionário, direcionado aos cidadãos da ilha de São Vicente. Optou-se por uma amostra do tipo não aleatória por quotas, constituída por 250 cidadãos de diferentes localidades da ilha. Para o devido tratamento e análise dos dados recolhidos, utilizou-se os programas SPSS statistics e Excel 2013 facilitando assim as ligações e cruzamentos dos mesmos.

CAPÍTULO I – ESTADO DE ARTE

Neste capítulo pretendemos abordar alguns conceitos fundamentais, nomeadamente, a Democracia, a confiança política, as Instituições Políticas, os Partidos Políticos, os Partidos Políticos em Cabo Verde, a ideologia partidária e a identificação-filiação partidária.

1. A DEMOCRACIA

A democracia é um termo polissémico, isto é, há várias visões, definições e conceitos sobre o que seja um regime político democrático.

Para Fernandes (2004), a democracia é um regime político que, sendo poder do povo exercido pelo povo, nunca atinge a sua total realização.

“Porque é uma constante procura e construção, uma permanente atualização, jamais se encontra acabada. Ela apresenta uma dupla dimensão, institucional e social como regime político e como prática. Diz-se, no entanto, que a democracia se encontra estabelecida, quando as instituições democráticas estão constituídas e funcionam com normalidade. Existirá uma lei fundamental, o parlamento trabalha e legisla, o executivo governa, o poder judicial administra a justiça, e o presidente da república garante o regular funcionamento de todo este complexo edifício. Mas mesmo que seja democrático o sistema político, enquanto regime, não significa que seja democrática a sociedade. Começa por não ser democrático o próprio regime, quando a divisão dos poderes existe apenas na sua formalidade.” (Fernandes, 2004)

É um regime político marcado pela participação do povo na escolha dos seus representantes políticos, isto é, pela soberania popular. A expressão tem origem no grego *demokratía* que é composta por *demos* (povo) e *kratos* (poder), sendo que o poder é exercido por intermédio do sufrágio universal.

Mas, segundo Nóbrega (2016), o que não se deve fazer é confundir democracia com eleições. As eleições constituem um fator importante, porém insuficiente para se afirmar que se está perante um regime político democrático. Os regimes políticos

democráticos pressupõem instituições políticas democráticas e estas por sua vez têm de funcionar efetivamente.

O regime democrático é considerado por muitos o melhor regime político da época contemporânea, embora por outro lado, Freire (2011) defenda que os processos de democratização à escala mundial foram lentos e graduais até se chegar à democracia tal como hoje a entendemos.

Nas últimas décadas do século XX, a medida que a vaga de democratização se estendia a novos países, nomeadamente aos do Leste Europeu, assistiu-se a um crescente e renovado otimismo face ao processo democrático em geral (FEIRE e VIEGAS 2009).

Monteiro (2003) sustenta que um sistema normativo que corresponde à vontade e aos interesses da maioria é, por conseguinte, a característica das sociedades democráticas onde a lei é igual para todos, e a todos por igual aplicada, sublinhando que a democracia assenta no pressuposto de que os cidadãos são suficientemente livres e esclarecidos para serem civicamente responsáveis.

Dalton et al. (cit. in Freire e Viegas 2009) sustentam que não obstante as diferenças entre os novos regimes democráticos da Europa do leste e os regimes democráticos do ocidente industrializado, no final da década de 1990, assistiram-se também e de forma aparentemente paradoxal a um crescente interesse da ciência política pelo tema da confiança dos cidadãos nas instituições políticas, aliado a um aceso e intenso debate sobre a qualidade da democracia.

Assim Moisés (cit. in Barcellos 2014) sublinha que confiança é essencial à democracia e que está diretamente relacionada com a qualidade daquele regime.

A CONFIANÇA POLÍTICA

“A esperança constante chama-se confiança, o desespero constante chama-se desconfiança.” (HOBBS, 1651).

O tema confiança encontra-se presente no pensamento de diversos autores clássicos, sobretudo a partir do século XVII, a propósito de diversos aspectos da vida em sociedade.

Para Moisés (cit. in Barcellos 2014) a confiança é algo que se refere à crença das pessoas na ação futura dos outros. Ela envolve riscos e não dá certeza de seus resultados.

Nesta mesma linha, Magalhães e Faria (2003), definem confiança como um crédito fiduciário sobre um futuro possível. E, neste sentido, como qualquer crédito, corresponde à assunção de um determinado risco. O que, por outras palavras, significa que confiar corresponde à admissão, informada, de um determinado cenário (...).

Segundo Moisés (2005) o conceito de confiança ganhou uso bastante amplo nas ciências humanas nas últimas décadas, tendo autores de diferentes escolas de pensamento chamado à atenção, em primeiro lugar, para a natureza relacional do fenómeno cujos efeitos dependeriam, segundo alguns, do contexto de cultura e valores em que estão situados os que se utilizam dela e, segundo outros, da natureza racional de sua motivação. Assim, a noção de confiança tem sido utilizada para designar uma grande variedade de fenómenos sociais e políticos.

Definida originalmente como fenómeno de natureza interpessoal, a confiança política ou em instituições políticas suscita dúvidas quanto à sua aplicabilidade a situações que não envolvem estritamente relações entre pessoas, mas entre estas e entes inanimados como as instituições (MOISÉS, 2005).

Para Magalhães e Faria (2003),

“[...] em democracia, para que estejam garantidas as condições necessárias à existência de confiança, designadamente de confiança relativamente às instituições políticas, não é suficiente a montagem de um sistema de controlos cruzados. É necessário também que esse sistema seja acionado apenas circunstancialmente. Se a sua ativação for recorrente, isso tenderá a significar a existência, seja por qual motivo for de ações que não se compagam com os limites estabelecidos e reconhecidos como legítimos, o que, por seu turno, tenderá a fazer emergir a desconfiança.” Faria (2003)

Estudos recentes apontam para uma menor valorização do papel dos partidos. Os dados revelados a propósito da confiança nas instituições sublinham uma desconfiança crescente dos cidadãos nos partidos, sendo que em alguns inquéritos que visam

compreender as razões da abstenção, este fato surge entre os principais motivos que levam os indivíduos a não votar (MARTINS, 2004).

Ainda segundo o mesmo autor o nível de confiança como instrumento para aferir quer o modo como os cidadãos interpretam o desempenho das instituições formais do sistema político quer os sentimentos que partilham em relação a essas instituições, os partidos surgem claramente desvalorizados.

Estes fatos podem evidenciar que, globalmente os cidadãos mantêm um apoio expressivo ao sistema político apoio ao regime embora possam não concordar com a atuação concreta das instituições que configuram o sistema político.

Ou seja, os cidadãos podem estar de acordo com o regime e apoiar esse mesmo regime e ao mesmo tempo discordar da forma como conjunturalmente algumas instituições exercem as suas funções.

Mas para Hardin, (cit. in Moisés, 2005) não faz sentido falar em confiança em instituições uma vez que quem confia ou que pretende fazê-lo não dispõe de meios para conhecer os interesses e as motivações dos indivíduos que as dirigem, seja por causa do distanciamento existente nas sociedades complexas entre os cidadãos e as estruturas de poder, seja ainda porque os primeiros não têm meios de inteirar-se de uma forma adequada a respeito das motivações de tantos e desconhecidos indivíduos que se ocupam da administração das segundas, de outro lado, os críticos desta perspectiva tais como por (Petit 1998, Offe 1999 e Warren 1999) citados pelo mesmo autor, argumentaram que a confiança importa sim para o funcionamento das instituições uma vez que suas regras constitutivas remetem necessariamente aos conteúdos normativos tomados como referência pelos cidadãos em seu relacionamento com as estruturas da comunidade política a que pertencem.

“Em tempos de vacas gordas, os cidadãos fecham os olhos ou tornam-se cúmplices de práticas e comportamentos da classe política, que eles consideram pequenos caprichos do poder e perfeitamente toleráveis enquanto percebidas como funcionais senão mesmo necessários ao desenvolvimento e progresso do país” (VIEGAS, 2004).

Nesta decorrência, Martins 2004 sugere que a confiança surge como uma condição necessária quer para a sociedade civil, quer para a democracia uma vez que o povo, pelo fato de não poder governar diretamente deve confiar nas instituições representativas.

Contudo o que se tem observado é que nos tempos que correm, os cidadãos têm vindo a perder a confiança nas suas instituições democráticas, perdendo deste modo o interesse pela participação eleitoral, o que acaba por influenciar de forma direta a credibilidade da própria democracia instituindo deste modo uma perigosa ameaça ao regime.

Assim, no entender de Levi, et al. (cit. in Moisés 2005), a desconfiança excessiva e, sobretudo contínua, pode significar que, tendo em conta as suas orientações normativas, expectativas e experiências, os cidadãos percebem as instituições como algo oposto, àquilo para o qual existem. Neste caso, a indiferença ou a ineficiência institucional diante de demandas sociais, a corrupção, a fraude ou o desrespeito pelos direitos de cidadania geram suspeição, o descrédito e a desesperança, comprometendo a aquiescência, a obediência e a submissão dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social.

3. A CULTURA POLÍTICA

O conceito de cultura política estabeleceu uma área de conhecimento da ciência política a partir do clássico livro de Gabriel Almond e Sidney Verba, intitulado “*The civic culture*” em 1963. As pesquisas desses autores contribuíram para que o tema da cultura política ganhasse importância dentro das ciências sociais, já que o estudo das Instituições Políticas era um objeto de pesquisa restrito à área jurídica.

Para esses dois autores, o termo “cultura política” refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes em relação ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública. Com base nesse conceito, visava-se chegar à caracterização daquilo que seria a cultura política de uma nação, definida como “*a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação*”.

Assim, para Borba (2005), este conceito em *The civic culture*, está delimitado às atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos.

Na perspectiva de Pina, (2013) a cultura é uma das condições cruciais para o sucesso ou fracasso de uma democracia considerando assim, a cultura política como um conjunto de atitudes e orientações individuais direcionadas aos objetos políticos,

nomeadamente ao sistema político no seu todo, às suas partes, aos seus papéis, aos seus titulares e ao envolvimento dos cidadãos com os mesmos.

Diamond (cit. in Martins, 2010) evidencia que a cultura política constitui um indicador da consolidação democrática, pois ela respeita à consolidação de normas e de comportamentos que visam o aumento da confiança dos cidadãos como agentes políticos. Para o mesmo autor, a cultura política cumpre uma importante função de mobilização dos cidadãos, para além de conceder autonomia de ação individual e coletiva, protegendo os direitos políticos e civis dos cidadãos.

Para Heimer, Vala e Viegas (cit. in Cancian, 2008) a cultura política é definida como o pensamento social em relação à esfera do político, ou seja, como uma dimensão subjetiva desta esfera. Esses autores distinguem três dimensões da cultura política:

- I.** A dimensão cognitiva, que diz respeito a crenças e explicações;
- II.** A dimensão avaliativa ou afetiva, que diz respeito a atitudes e valores;
- III.** E a dimensão conativa que diz respeito a esquemas de ação.

Não obstante o reconhecido valor da cultura política, algumas teses realçam a ausência de uma funcionalidade direta quanto à sua relação com o funcionamento das democracias e com o exercício da participação política.

Assim, para Dahl (cit. in Martins, 2010), a ideia de cultura política se relaciona com um acordo suficiente sobre as regras e as normas referentes ao funcionamento dos sistemas políticos. Mas esse acordo tende a ser incompleto e a decair, uma vez que tanto pode refletir consenso como conflito.

No que diz respeito ao consenso, ele manifesta-se na medida em que os cidadãos possuem um conjunto de crenças democráticas, onde se incluem crenças no sistema democrático como sendo a melhor forma de governo, crenças na legitimidade das instituições políticas entre outras.

Apesar do consenso, o mesmo autor refere que muitos cidadãos, frequentemente estão em desacordo com situações específicas e sendo assim, podem divergir sobre as implicações destas crenças.

Deste modo, a cultura política pode em certa medida influenciar a própria confiança dos cidadãos perante as Instituições Políticas, tal como sustentaram Freire e Viegas (2009), ao referirem que alguns autores tem relacionado o declínio da confiança nas instituições políticas e nas democracias industriais avançadas com mudanças

estruturais na cultura política, as quais têm necessariamente reflexos ao nível dos padrões de socialização política dominantes, contribuindo, por conseguinte, para uma alteração nas atitudes e comportamentos dos cidadãos em relação às instituições e as autoridades políticas.

4. AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

As Instituições Políticas são tantas que se torna difícil ou até mesmo problemático encontrar uma definição que abarque todas elas. São entendidas como entidades políticas através das quais as ações políticas são concebidas.

Thelen e Steinmo (cit. in Souza, 2006), apontam a dificuldade em definir o que são instituições, mas concluem que instituições são aquilo que modela a forma pela qual os atores políticos modelam seus interesses e que estruturam suas relações de poder com outros grupos.

North (cit. in Souza 2006) define instituições como estruturas impostas sobre a interação humana pelos próprios seres humanos e que elas são constituídas basicamente de regras, que podem ser formais e informais.

Para Souza (2006) o conceito de instituições políticas não é novo. Segundo Rothstein (1998) citado pela mesma autora, desde Platão e Aristóteles o tema já era objeto de reflexão, quando despontavam preocupações sobre que tipo de instituições políticas produz o melhor tipo de sociedade e indivíduo. Já na modernidade, mas ainda na mesma linha de pensamento, Maquiavel, Locke, Rousseau, Hobbes e outros, dão um novo direcionamento iniciando assim um longo processo de sistematização do pensamento institucional.

A mesma autora destaca ainda o papel preponderante das instituições políticas no que tange a estabilidade dos regimes democráticos afirmando o papel predominante das instituições na construção dos regimes políticos.

Oliveira (2014) a década de 1980 marca o período no qual os estudos sobre as instituições políticas voltaram à cena nas pesquisas em ciência política, sobretudo nos Estados Unidos. Os institucionalistas se empenharam em trazer para o centro da análise política a importância das instituições, argumentando que a organização política não resulta apenas do comportamento dos indivíduos, mas também de seu arranjo

institucional, salientando que o estudo das instituições políticas acompanha a trajetória da ciência política.

5. OS PARTIDOS POLÍTICOS

Segundo Coutinho (2012), etimologicamente a palavra está vinculada à acepção primeira do verbo ‘partir’, que quer dizer ‘fazer parte, dividir’. Historicamente, pode-se verificar que a palavra “partido” estava ligada a grupos armados.

Para Silva e Alves, (2010), os Partidos Políticos teriam surgido com a democracia representativa, mais propriamente no resultado do seu desenvolvimento. Sustentam que as primeiras instituições democráticas apareceram nos fins do século XVIII com o constitucionalismo, com as declarações de direitos, com a consagração da teoria de separação de poderes e reconhecimento da soberania popular. Estes autores acrescentam ainda que, o parlamentarismo surgiu com a democracia representativa, quanto os partidos só apareceram em meados do século XIX.

Para Ramos (2012), o primeiro pensador político a apresentar uma definição de Partidos Políticos foi Edmund Burke, em 1770. Para ela, o autor parte do princípio que o partido é um instrumento para atingir um determinado fim.

Segundo Silva et al. (2011), os partidos enquanto atores relevantes da arena política emergiram no cenário social somente a partir da era moderna, e sua origem está ligada ao processo de complexificação das sociedades, portanto, à diversificação de demandas e interesses sociais e ao reconhecimento do direito à participação política.

Para La Palombara e Weiner (1966), citados pela mesma autora, os partidos políticos surgiram quando as atividades do sistema político alcançam certo grau de complexidade, ou quando a noção de poder político passou a incluir a ideia de que a sociedade deve participar ou ser controlada.

Nesta mesma linha, Sartori (1982) citado pela mesma autora, ressalta que os partidos passaram a ser aceites a partir do momento em que se reconheceu que a diversidade e a dissensão não são necessariamente incompatíveis com a ordem política estável e nem necessariamente a perturbam.

Portanto, os partidos tornaram-se meio de expressão de forças sociais e políticas que se desenvolveram junto com o processo de democratização do poder político.

Apesar de muitos cientistas políticos terem procurado definir os partidos políticos, esses conceitos não são totalmente divergentes, uma vez que caminham numa mesma linha complementando-se.

Para muitos a dificuldade em definir os partidos políticos reside no fato de existir na sociedade grupos com características semelhantes às dos mesmos. E nessa perspectiva Fernandes (2008) realça que, para que uma organização seja reconhecida como um partido político há que haver uma vontade deliberada de ocupar e exercer o poder, e que esta é a característica que melhor individualiza os partidos políticos relativamente às outras instituições.

Em síntese, essas organizações lutam pela aquisição, manutenção e exercício do poder, diferentemente dos grupos de pressão e de interesse que embora tenham uma duração razoável não visam à conquista e o exercício do poder, mas sim influenciar e pressionar o aparelho do poder.

La Palombara, (cit. in Baquero, 1994) define um partido político como uma organização formal cujo propósito primário e consciente é colocar e manter nos cargos públicos pessoas que controlarão sozinhas ou em coalizões, a máquina do governo.

Para Hauriou, (cit. in Fernandes, 2008) teoricamente os partidos têm por fim auxiliar os eleitores a tomarem decisões, perante as diversas opções políticas, esclarecendo-os politicamente, guiando-os na escolha dos que melhor podem governar pelo que desempenham um papel intermediário entre o governo e os poderes públicos, por um lado, e o conjunto dos cidadãos por outro.

Agesta, (cit. in por Fernandes, 2008), vai ainda mais longe ao atribuir outras funções aos partidos políticos sustentando que estes devem ainda coordenar e simplificar os programas de governo, seleccionar no seu seio os futuros governantes caso vençam as eleições nas quais se candidataram, tornar-se um instrumento eficaz na promoção da ideologia que o inspira, organizar as eleições procedendo a apresentação e ao apoio dos seus candidatos, uma vez no poder apoiar a sua maioria parlamentar e o governo integrado pelos seus partidários mais representativos, [...]

É inegável a importância dos partidos políticos para as sociedades ditas democráticas. Mas não obstante essa reconhecida importância, alguns autores têm vindo a defender que estamos perante uma crise dos Partidos Políticos.

Para Ribeiro (2013), é quase consensual a ideia de que os partidos políticos passam por uma fase de transição. Para alguns, as mudanças evidenciam que os partidos estão em crise e que muitos acreditam que a crise é grave.

Mas Torres e Antunes (2011) não acreditam que os Partidos Políticos estejam passando por uma crise ainda que muitos falem até mesmo em uma extinção ao longo prazo dos Partidos Políticos devido à proximidade destes com o Estado e ao afastamento da sociedade civil.

6. OS PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS EM CABO VERDE

Com a abertura política surgiram em Cabo Verde outras forças políticas, uma vez que antes dessa abertura, não era permitida a existência de outros Partidos Políticos para além do PAIGC, pois era constitucionalmente proibido.

Cabo Verde dava assim os seus primeiros passos em direção a uma nação democrática, saindo assim dos desígnios de um regime de partido único que vigorou no país por um período de quinze anos.

Os três partidos de maior expressão no país são o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), o Movimento para a Democracia (MpD), e a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID). Desde 1990, a política cabo-verdiana tem-se caracterizado por uma bipolarização entre o MpD e o PAICV, que têm alternando no poder.

6.1 - O PAICV

O desenvolvimento da história do PAIGC (Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde) é extremamente importante para a compreensão do surgimento do PAICV e consequentemente de todo o processo político de Cabo Verde.

Amílcar Cabral é uma figura que não podemos dissociar do PAIGC, pois o partido foi por ele fundado em Bissau em 1956, juntamente com outros patriotas de Guiné e de Cabo Verde, partido esse que segundo a história teria sido criado na clandestinidade

Enquanto partido da independência de Guiné e Cabo Verde, foi considerado um partido supranacional uma vez que foram instituídos dois governos, um em Bissau e outro na cidade da Praia.

O PAICV teria surgido na sequência de um golpe de Estado em novembro de 1980 em Bissau, golpe este que contribuiu para o fim da unidade entre Guiné e Cabo Verde inevitavelmente para a dissolução do PAIGC enquanto partido supranacional

possibilitando assim o surgimento de uma nova organização política em Cabo Verde, - o PAICV - que veio a dirigir os destinos do país até 1991, ano em que o partido foi derrotado pelo MPD as primeiras eleições multipartidárias realizadas no arquipélago.

Ideologicamente o partido é identificado no panorama político de Cabo Verde tendencialmente como um partido de esquerda, ideologia essa que no entender de Ramos (2012), foi reforçada durante a liderança de José Maria Neves e nos governos que este dirigiu.

O partido é fortemente marcado pelos ideais marxistas, sendo que esta influência deriva-se do fato de uma grande parte de seus dirigentes terem estudado em Portugal numa época em que vigorava os ideais marxistas.

Contudo nas últimas eleições legislativas realizadas no país, o PAICV saiu derrotado convertendo-se assim no maior partido da oposição do país no momento.

6.2 - O MPD

Teria surgido na sequência de uma crescente contestação ao sistema de partido único instalado pelo PAIGC no país.

O MPD é considerado o partido da liberdade e da democracia pelo esforço crescente na abolição do regime de partido único que vigorou no país por um longo período de quinze anos.

O partido preconizou um Estado de Direito democrático onde defendeu os valores de liberdade e igualdade.

É identificado como um partido de inspiração liberal, pois promoveu a liberalização econômica no país. Assim, ideologicamente o partido pode tendencialmente ser considerado um partido de direita.

6.3 - A UCID

Tal como o MPD, a UCID emergiu no contexto de resistência ao regime monopartidário, regime este que não era bem visto pelos cabo-verdianos.

O partido teria surgido entre 1977 e 1978 no seio de um grupo de cidadãos cabo-verdianos residentes na Holanda, que estavam descontentes com a união política entre Guiné e Cabo Verde. Surgiu na clandestinidade uma vez que o PAIGC era a única força

política legítima no país, conseguindo a sua legalização apenas com o advento das primeiras eleições multipartidárias em 1991.

Com efeito, a UCID assumiu-se desde a sua criação como um defensor do progresso, do bem-estar e da dignidade do povo cabo-verdiano.

Contudo a UCID é um partido com pouca expressão política uma vez que nunca conseguiu assumir o governo do país, apesar de se candidatar sempre nas eleições que lhe convém.

Da mesma forma que o MPD, a UCID opta por pelo sistema de liberalização e privatização do sector económico o que proporciona o surgimento de novos grupos económicos e empresariais.

7. AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS

A complexidade e a diversidade de conceitos existentes fazem com que se torne uma tarefa difícil definir ideologias políticas.

Cruz (2002) define ideologias políticas como instrumentos que mobilizam homens e mulheres para a ação em favor de um ou outro ponto de vista, e em favor de um ou outro movimento ou partido visando a preservação de um ponto de vista determinado como a mudança do estado de coisas existente, inclusive o próprio sistema político.

No entender de Moreira (1979), citado pelo mesmo autor, são sistemas de ideias que presidem à luta política, orientando os agentes individuais e coletivos nessa competição pela captura, manutenção e exercício do poder.

Cruz ainda realça que as ideologias, os Partidos Políticos e o poder são expressões fortemente ligadas e indissociáveis em ciência política uma vez que as ideologias exercem uma forte influência sobre os atores políticos e sociais, conduzem a luta pelo poder político e, conseqüentemente, a conquista e exercício do poder.

Os Partidos Políticos reivindicam sempre uma determinada ideologia dentro do espectro esquerda-centro-direita, o que nos permite fazer a diferenciação dos mesmos dentro da cena política. Assim, para Silva, et al. (2011) as circunstâncias em que os partidos se formam as crenças políticas de seus líderes e membros, as políticas que

defendem e/ou implementam e as articulações que realizam são os indicadores que evidenciam o lugar que cada um ocupa no espectro ideológico.

Nas palavras de Cruz (2002) as ideologias políticas da direita e da esquerda, teriam surgido na sequência da Revolução Francesa de 1789. Originalmente, a direita tinha seu fundamento na defesa do poder da autoridade real e a esquerda correspondia a um sistema que lutava pelos valores da liberdade e do progresso, onde a direita define posições conservadoras, ao passo que a esquerda define posições políticas progressistas Galván (cit. in. Cruz, 2002).

Assim, Cierva (cit. in. Cruz, 2002) completa esta ideia acrescentando que a direita é um modo de viver baseado em hábitos e valores tradicionais, isto é, uma atitude de submissão aos valores tradicionais, aos ritos, às convenções estabelecidas, com certo receio perante a mudança, marcada pela intenção de monopolizar politicamente os grandes valores do passado.

Já a esquerda, pelo contrário, procura libertar os homens dos valores tradicionais aspirando à liberdade e ao progresso da sociedade.

Nos finais do século XX, pensadores como Norberto Bobbio e Anthony Giddens definem a direita como uma corrente ideológica com forte tendência para a defesa da desigualdade social entre os homens e a esquerda uma ideologia que consiste na implementação de um programa sociopolítico que tem por objetivo a promoção da igualdade social.

Para Laponce, (cit. in Viegas, Pinto e Faria, 2004) a divisão entre esquerda e direita é uma clivagem fundamental da política de massas da época moderna, mais precisamente desde a Revolução Francesa, sobretudo na Europa Ocidental, mas também em vários outros pontos do globo.

Para Viegas, Pinto e Faria (2004), em vez de o eleitor analisar cada uma das políticas públicas propostas para ver qual o competidor partidário que tem propostas mais próximas das opções que ele prefere, ele utiliza a ideologia.

Eles se posicionam à esquerda ou à direita consoante a sua identificação com as ideologias de cada partido.

Dito de outro modo ao invés de comparar as políticas públicas de cada partido, para chegar à decisão do voto que lhe trará maiores benefícios, o eleitor usa os seus conhecimentos sobre o posicionamento ideológico de cada um dos partidos políticos. Em

seguida, o eleitor compara a sua própria posição no eixo esquerda-direita com as dos partidos para escolher a força política mais próxima das suas preferências.

Neste sentido Cruz (2002) reforça que (...) é inconcebível a existência de uma organização política na ausência de uma ideologia e considera que, a adesão ou a filiação num determinado partido político é motivada, em grande medida, pela ideologia que ele defende e na qual nos revemos e integramos.

Rosas (2016) sustenta que não existe ação política sem ideologia, os partidos invocam sempre uma ideologia. Ela não é algo de opcional, uma coisa que se pode ter ou não, à qual podemos renunciar em nome do pragmatismo ou da tecnocracia.

8. A IDENTIFICAÇÃO - FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Para Dalton et al. (2003), um dos aspectos mais importantes da natureza de uma democracia é a ligação dos eleitores aos partidos políticos.

Ainda segundo os mesmos autores, o conceito de identificação partidária foi pela primeira vez avançado por Angus Campbell e colegas (1960), convertendo-se rapidamente na base do nosso conhecimento sobre o comportamento político dos eleitores e cidadãos.

Eles ainda acrescentam que a ligação do público aos partidos políticos é uma importante medida da política partidária. Assim, os laços que o público estabelece com os partidos políticos medem a vitalidade do governo partidário, além de proporcionarem um contexto dentro do qual operam os partidos, os candidatos e os restantes atores políticos.

Sendo assim, a identificação partidária pode ser vista como um sentimento de proximidade dos cidadãos para com este ou aquele partido político e ela pode em certa medida justificar o comportamento eleitoral do cidadão.

Mas para Mair (2003), número de pessoas que se identificam com este ou aquele Partido tem reduzido em todo mundo.

Para ele,

“Os apoiantes começam a escassear não apenas dentro da própria organização formal dos partidos, como também no terreno. Em virtualmente todas as democracias estabelecidas da Europa o número de eleitores que declaram uma forte

identificação partidária é cada vez mais reduzido e mesmo as formas mais fracas de identificação e simpatia partidária parecem estar a desaparecer. Como afirmou recentemente Russell Dalton (1999), das 19 democracias avançadas ocidentais para as quais existem séries temporais de dados sobre a identificação partidária, 17 registam um declínio na percentagem daqueles que declaram simpatia por um partido.” Mair (2003)

Mas para além de se identificar com este ou aquele partido, o cidadão ainda pode integrar-se no seio de um partido político através de um processo chamado em ciência política de filiação partidária que Martins (2004) define como sendo uma relação formal de um cidadão com um partido político, no sentido em que se torna membro de uma organização política, estando sujeito a regras do seu funcionamento.

Para Ranney (cit. in Martins, 2004) a noção de filiação partidária respeita não a alguém que simplesmente se identifica com um partido ou o apoia, mas implica uma relação formal patente na condição de membro de uma instituição. Para ele se trata de uma relação que envolve privilégios e obrigações.

Martins (2004) ainda defende que os filiados constituem um apoio significativo ao regime e às próprias instituições ao salientar que o envolvimento dos cidadãos na vida política pela via da intervenção partidária por um lado é um sustentáculo direto e observável que impulsiona o funcionamento dos partidos e das respectivas lideranças e por outro favorece o funcionamento e a própria estabilidade dos sistemas políticos.

Maor (cit. in Martins, 2004) vai mais longe ao afirmar que os partidos não funcionam sem um número significativo de filiados, sendo que são indispensáveis.

CAPÍTULO II - RELAÇÃO ENTRE OS CIDADÃOS E AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NO CABO VERDE DEMOCRÁTICO

A CONFIANÇA DOS CABO-VERDIANOS NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS EM CABO VERDE (DADOS de 2002 até 2014)

Neste capítulo procuramos analisar a confiança dos cidadãos cabo-verdianos perante as Instituições Políticas.

Os dados secundários recolhidos em sites oficiais demonstram que ao longo dos anos os cabo-verdianos têm vindo a perder confiança em todas as instituições, principalmente nos Partidos Políticos. Procuraremos estabelecer uma análise comparativa em relação aos índices de confiança dos cidadãos perante as instituições com especial atenção aos partidos políticos.

Tabela 1 - A confiança dos cabo-verdianos perante as instituições políticas de 2002 a 2014

Instituições políticas	Anos (%)				
	2002	2005	2008	2011	2014
Primeiro Ministro	-	48%	45%	60%	47%
Assembleia Nacional	22%	48%	45%	58%	45%
Presidente da República	22%	47%	45%	66%	57%
Partidos da Oposição	22%	47%	38%	51%	42%
Partido no Poder	19%	44%	40%	55%	39%

Fonte: afrobarometer/ afrosondagem

A tabela acima mostra a evolução da confiança dos cabo-verdianos perante as Instituições Políticas desde o ano 2002 até o ano 2014.

Como podemos observar, a confiança nas instituições diminuiu ao longo dos anos, exceto nos casos de 2002 para 2005 e de 2008 para 2011. No primeiro caso, a confiança dos cidadãos aumentou perante algumas instituições nomeadamente na Assembleia Nacional que em 2002 era de 22%, em 2005 sofreu um aumento significativo para os 48%, no Presidente da República que em 2002 era de 22% e em 2005 aumentou significativamente para os 47%.

Quanto aos Partidos Políticos, a confiança na oposição aumentou também de 22% em 2002 para os 47% em 2005, e no partido no poder, sofreu também um aumento notável de 19% em 2002 para 44% em 2005.

Quanto ao segundo caso, o nível de confiança no Primeiro-Ministro em 2008 era de 45%, em 2011 passou a ser de 60% notando-se assim um aumento considerável.

Na Assembleia Nacional a confiança dos cabo-verdianos era também de 45% em 2008 e em 2011 aumentou para os 58%, no Presidente da República aumentou também de forma notória de 45% em 2008 para 66% em 2011. Quanto aos Partidos Políticos, a confiança dos cabo-verdianos na oposição aumentou significativamente de 38% em 2008 para os 51% em 2011, e no Partido no poder, aumentou também de 40% em 2008 para os 55% em 2011.

Ainda com base nos dados da tabela número 1, nota-se que das Instituições Políticas em Cabo Verde, os Partidos Políticos são as que de menos confiança gozam por parte dos cabo-verdianos. Os mais baixos índices de confiança registrados na tabela centram-se em torno dos Partidos tanto da oposição como o no poder em todos os anos apresentados.

Com base na tabela, o que se pode verificar é que nenhuma das instituições goza de uma aceitação constante por parte da sociedade uma vez que todos apresentam oscilações em todos os anos.

Todas as instituições foram afetadas pela perda de confiança por parte dos cidadãos desde o Presidente da República, passando pela Assembleia Nacional, o Primeiro Ministro e também os Partidos Políticos da oposição e o Partido no poder.

Importa lembrar também que esta perda de confiança não afetou somente as Instituições Políticas eleitas, ela afetou também, por exemplo, a Assembleia Nacional que não é uma instituição eleita por sufrágio direto.

Contudo, essa perda de confiança como podemos ver, é mais acentuada nas Instituições eleitas pelo povo.

Torres e Antunes (2001) ressaltam que o declínio da organização partidária tem uma enorme importância na credibilidade das instituições e da democracia. Por isso há uma necessidade de combater todos os fatores limitadores e condicionadores da filiação partidária e do empenho militante.

Em todos os anos tanto os Partidos da oposição como o no poder são as instituições que apresentam os mais baixos índices de confiança por parte dos cidadãos. Essa diminuição do nível de confiança pode estar relacionada a vários fatores como, por exemplo, a percepção generalizada dos cidadãos de que os políticos colocam como prioridade questões que interessam a eles, em detrimento de questões que são do interesse da coletividade.

Para alguns cientistas políticos, o fato de os Partidos Políticos não estarem a desempenhar bem as suas funções, a lutar por interesses próprios ao invés daqueles a que foram eleitos, a tendência em fazer promessas durante as campanhas e não cumprir essas promessas ao chegar ao poder, acaba por reforçar a desconfiança das pessoas e alguns até chegam à conclusão de que os partidos estão em crise.

Nestas condições, estas instituições passam a ser vistas pela sociedade quase que exclusivamente como máquinas de campanha, uma vez que tentam a todo custo vencer as eleições, e chegando ao poder acabam por adiar as promessas que foram feitas ou até mesmo deixar para trás aquilo que durante o processo eleitoral foi prometido.

Importa frisar que de acordo com os dados da tabela número 1, a oposição goza de maior confiança por parte dos cidadãos comparativamente ao partido no poder. Em 2002 a confiança na oposição era de 22%, e nesse mesmo ano a confiança no partido no poder era de 19%, isto é, um pouco reduzida em relação ao partido da oposição embora a diferença não seja assim tão substancial.

Em 2005 também, a oposição aparece como sendo mais confiável comparativamente ao partido no poder, onde 47% dos cabo-verdianos disseram confiar na oposição contra 44% que afirmaram confiar no partido no poder.

No ano de 2014, o cenário foi idêntico aos anos anteriormente referidos, mais uma vez a oposição mostrou ser mais confiável onde 42% dos cabo-verdianos mostraram confiar mais na oposição do que partido no poder, que dispunha da confiança de 39% dos cidadãos, embora a diferença entre estes dois índices não seja assim tão substancial variando em poucos pontos percentuais.

Ainda com base nos dados da tabela acima, o cenário inverteu-se somente em 2008 e em 2011. De 2002 para 2014, estes foram os únicos anos em que os índices de confiança no partido no poder foram maiores do que os índices de confiança na oposição. Em 2008 o índice de confiança no partido no poder era de 40% e na oposição era de 38% embora a diferença não seja assim tão notória. Já no ano de 2011, se 55% dos cabo-verdianos afirmaram confiar no partido no poder, 51% afirmaram confiar na oposição.

De uma forma genérica podemos constatar que os Partidos Políticos estão claramente em desvantagem no que diz respeito à confiança por parte dos cidadãos comparativamente às demais Instituições Políticas descritas na tabela, e que é evidente também que há uma tendência por parte dos cidadãos em confiar mais na oposição do que no partido no poder.

Contudo, este fenómeno não é exclusivo de Cabo Verde. Para Alvarenga (2015), países da União Europeia estudados pelo Eurobarometer, indicam também uma tendência de perda de confiança em suas instituições, nomeadamente, no Governo e Parlamento, no período de 2004 a 2013 correspondendo a uma diminuição de confiança média em torno de 11%.

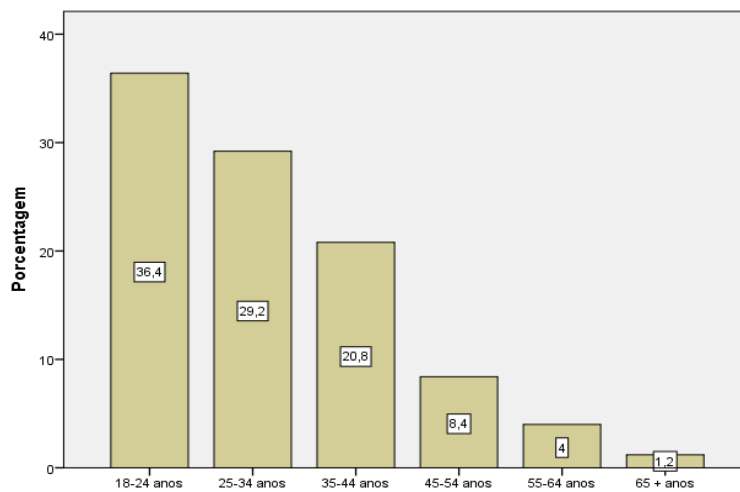
Nos países da América Latina também se observou uma elevada queda da confiança nas suas Instituições Políticas no período de 1990 a 2008 em torno de 15%.

CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO

INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo pretendemos fazer a análise e proceder à devida interpretação dos dados recolhidos para a conclusão da investigação.

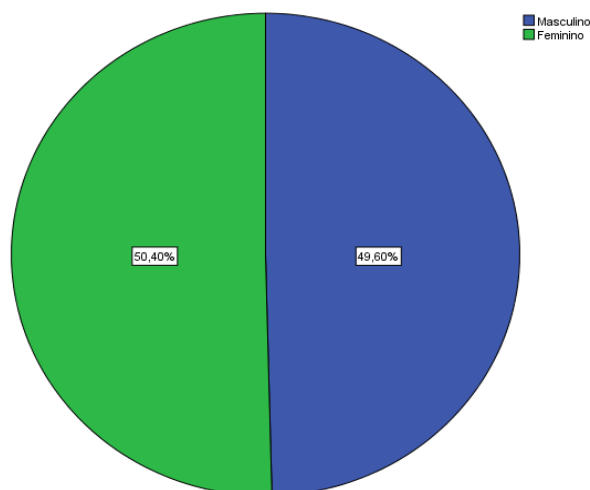
Apresentaremos os gráficos referentes às respostas a cada questão presente no questionário disponível em anexos, que foi elaborado e aplicado em São Vicente com o intuito de recolher informações determinantes para a investigação.



Fonte: Tabela 2 em anexo de tabelas

Gráfico 1 - Qual é a sua faixa etária?

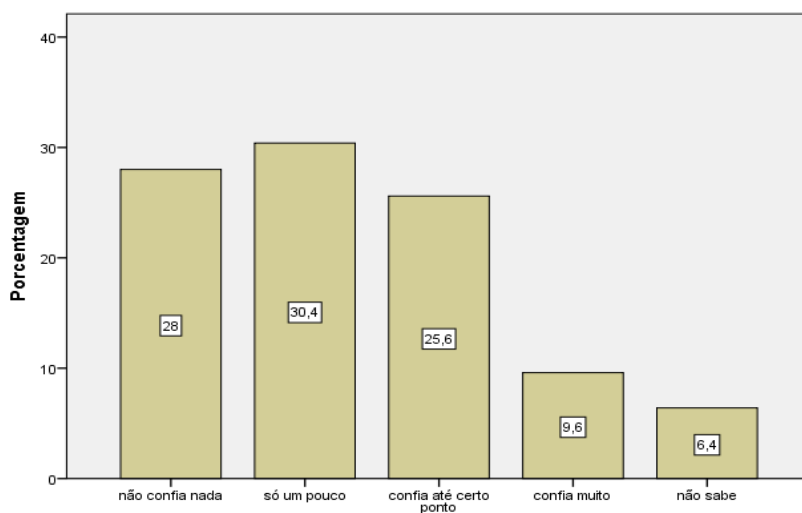
Na realização desse trabalho foram inquiridos 250 indivíduos, sendo que 91 com o peso de 36,4% na amostra pertencem a faixa etária dos 18 aos 24 anos de idade, 73 com o peso de 29,2% pertencem a faixa etária dos 25 aos 34 de idade, 52 com o peso de 20,8% pertencem a faixa etária dos 35 aos 44 anos de idade, 21 com o peso de 8,4% pertencem a faixa etária dos 45 aos 54 anos de idade, 10 com o peso de 4% pertencem a faixa etária dos 55 aos 64 anos de idade e 3 com o peso de 1,2% pertencem a faixa etária dos 65 e mais anos de idade.



Fonte: Tabela 3 em anexo de tabelas

Gráfico 2 - Gênero?

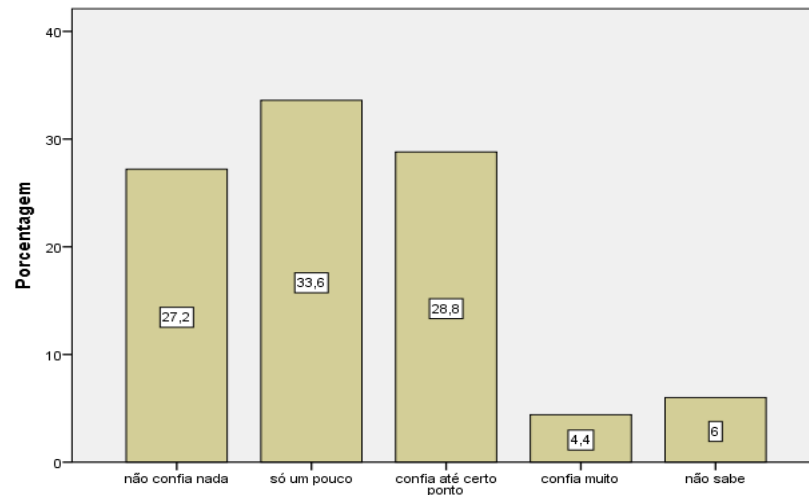
Dos 250 inquiridos, 126 com o peso de 50,4% correspondem aos indivíduos do sexo feminino, e 124 com o peso de 49,6% correspondem aos indivíduos do sexo masculino.



Fonte: Tabela 4 em anexo de tabelas

Gráfico 3 - Até que ponto você confia no Primeiro Ministro?

Segundo os dados, 76 dos indivíduos inquiridos com o peso de 30,4% na amostra confiam só um pouco no Primeiro Ministro, 70 com o peso de 28% não confiam nada, 64 com o peso de 25,6% confiam até certo ponto, 24 com o peso de 9,6% confiam muito no Primeiro Ministro e 16 com o peso de 6,4 não sabem.



Fonte: Tabela 5 em anexo de tabelas

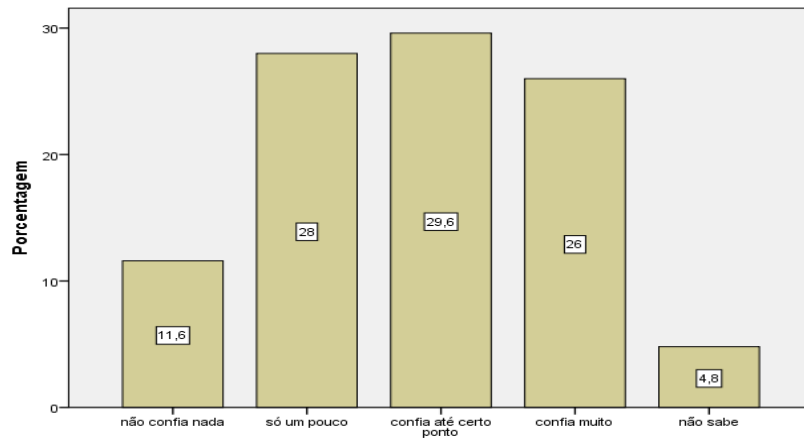
Gráfico 4 - Até que ponto você confia na Assembleia Nacional?

Segundo os dados recolhidos, 84 indivíduos com o peso de 33,4% confiam só um pouco na Assembleia Nacional, 72 com o peso de 28,8% confiam até certo ponto, 68 com o peso de 27,2% não confiam nada, 15 com o peso de 6% não sabem e 11 com o peso de 4,4% confiam muito na Assembleia Nacional.

É na Assembleia Nacional que se procede a debates sobre assuntos e decisões de ordem variada que dizem respeito a todos os cabo-verdianos, que se aprovam leis que afetam de uma forma ou de outra, toda a coletividade. Assim, esta instituição em princípio deveria gozar de um alto índice de confiança por parte dos são-vicentinos devido a sua importância e a função de grande responsabilidade que desempenha. No entanto, de acordo com os dados apenas 4,4% dos são-vicentinos disseram confiar muito na Assembleia Nacional, enquanto que 27,2 disseram exatamente o contrário, ou seja, não confiam nada.

A questão da falta de comunicação entre a Assembleia Nacional e a sociedade civil pode ser vista como um dos fatores que poderão estar por detrás dessa fraca confiança dos são-vicentinos perante esta instituição. Durante as sessões na Assembleia Nacional são debatidas questões, ou deveriam ser debatidas questões que são do interesse da coletividade. Mas a percepção geral é que muitas vezes os deputados acabam por perder o foco, desviando de questões que em princípio deveriam debater trazendo deste modo para dentro da casa parlamentar questões que nada têm a ver com os problemas que o país enfrenta. Muitas vezes questões de carácter pessoal e outras chegam a ser de carácter ofensivo.

Assim, estes pontos fazem com que as pessoas percam o respeito, pelo trabalho desempenhado por esta instituição, afetando negativamente a confiança nela depositada o que pode levar ao descrédito na própria democracia.



Fonte: Tabela 6 em anexo de tabelas

Gráfico 5 - Até que ponto você confia no Presidente da República?

Segundo os dados, 74 indivíduos com o peso de 29,6% confiam até certo ponto no Presidente da República, 70 com o peso de 28% confiam só um pouco, 65 com o peso de 26% confiam muito, 29 com o peso de 11,6% não confiam nada e 12 com o peso de 4,8% não sabem.

Ao contrário dos Partidos Políticos e da Assembleia Nacional, o Presidente da República goza de um elevado índice de confiança por parte dos são-vicentinos, 26% dos inquiridos disseram confiar muito no Presidente da República, 29,6% disseram confiar até certo ponto e apenas 11,6% disseram não confiar nada.

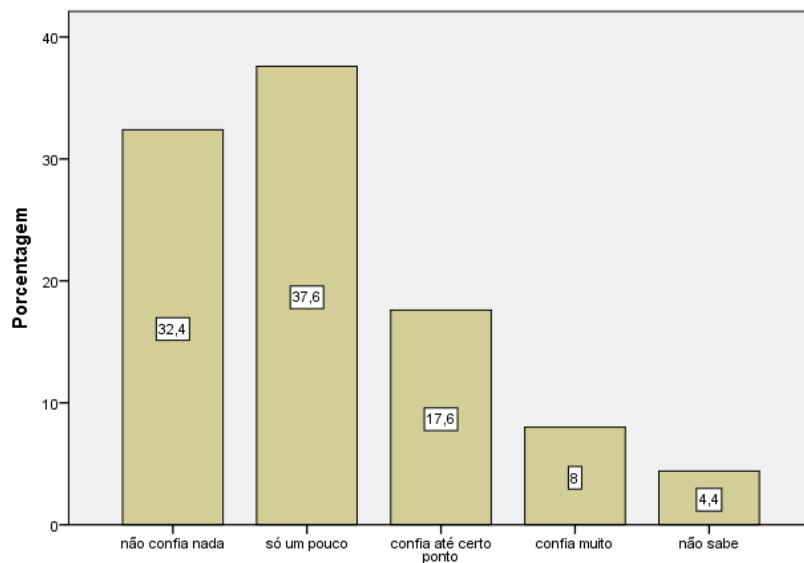
O Presidente da República é visto como um presidente próximo das pessoas, preocupado em resolver questões que dizem respeito a todos os cabo-verdianos, e para muitos, ele provou isso quando vetou o documento que foi aprovado por unanimidade no Parlamento em 2005, que entre outras regalias estabelecia uma nova tabela salarial aos titulares de cargos políticos, ganhando a confiança e o respeito da sociedade civil que estava ávida por uma decisão favorável por parte do Presidente da República.

O diploma causou muita contestação social levando às ruas das principais cidades do arquipélago multidões que apelavam ao veto do Presidente da República.

Ele justificou o veto político com a necessidade de se relacionar mais aprofundadamente o estatuto dos políticos, com as propostas de regalias e direitos, com a conjuntura da época no país.

Mas para outros, essa decisão não passou de mais uma estratégia eleitoral de um político que estava prestes a se recandidatar para o cargo de Presidente da República de Cabo Verde, pois era uma época em que as presidenciais se aproximavam. Contudo a verdade é que estratégia ou não, ele acabou por sair vencedor das últimas presidenciais realizadas no país mais precisamente em 2016.

Nas palavras de Ramos (2016), o atual Presidente consegue incutir no ato de governar as regras fixadas na Constituição tais como direitos fundamentais do cidadão, separação de poderes, Estado de direito etc. Um Presidente em sintonia com o país, cujo prestígio não conhece fronteiras partidárias e que tem demonstrado fibra e clarividência para decidir em momentos difíceis.



Fonte: Tabela 7 em anexo de tabelas

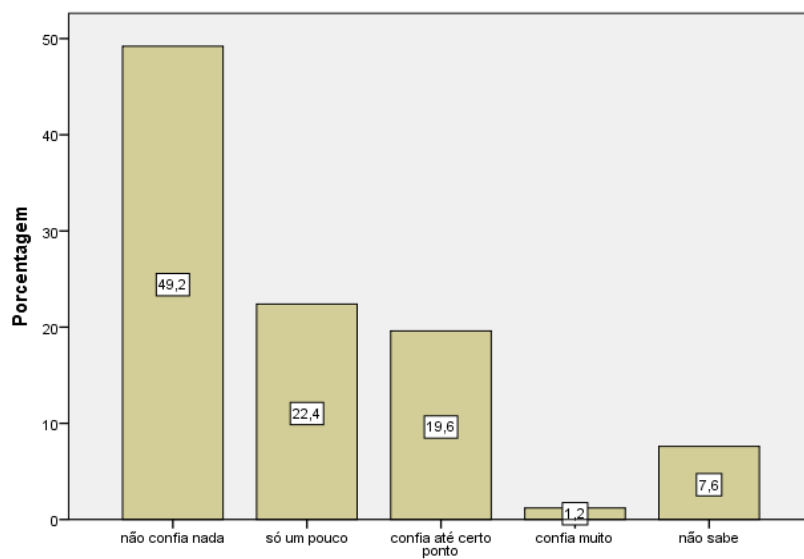
Gráfico 6 - Até que ponto você confia no Governo?

Segundo os dados recolhidos, 94 indivíduos com o peso de 37,6% confiam só um pouco no Governo, 81 com o peso de 32,4% não confiam nada, 44 com o peso de 17,6% confiam até certo ponto, 20 com o peso de 8% confiam muito e 11 com o peso de 4,4% não sabem.

De acordo com o gráfico, a maioria dos inquiridos (37,6%) disseram confiar um pouco no Governo embora os dados mostrem que os inquiridos confiam mais no partido no poder do que na oposição.

Para muitos, várias das promessas feitas pelo partido atualmente no poder, já deveriam estar cumpridas uma vez que o Partido já entrou no seu terceiro ano de mandato.

Para outros os votos que foram favoráveis a este governo, foram votos de protesto, pois as pessoas estavam ávidas por um novo partido, por um novo governo sendo que a oposição esteve no poder por um período de quinze anos.



Fonte: Tabela 8 em anexo de tabelas

Gráfico 7- Até que ponto você confia nos Partidos Políticos em Cabo Verde?

Segundo os dados recolhidos, 123 indivíduos com o peso de 49,2 % não confiam nada nos Partidos Políticos em Cabo Verde, 56 com o peso de 22,4% confiam só um pouco, 49 com o peso de 19,6 confiam até certo ponto, 19 com o peso de 7,6% não sabem e 3 com o peso de 1,2 % confiam muito nos Partidos Políticos. É muito baixa a percentagem de indivíduos que confiam nessas instituições.

O gráfico número 7 mostra-nos um cenário onde quase 50% dos inquiridos disseram não confiar nada nos Partidos Políticos em Cabo Verde sendo o não cumprimento das promessas de campanha o fator mais apontado (ver fig. 14) para essa desconfiança, precisamente 49,2% dos inquiridos, em contraste com 1,2% que disseram

confiar muito nestas mesmas instituições. Estes dados são preocupantes, dada a sua observação em um país que tem a democracia como regime político vigente.

Contudo Magalhães e Faria (2003), mostram outra visão sobre fatores que podem levar a desconfiança nos agentes políticos, apontando neste sentido os *media*. Para ele, se os *media* reportarem recorrentemente escândalos políticos ou procederem à denúncia de práticas censuráveis ou ilegais por parte de agentes políticos, a confiança tende a diminuir. Por conseguinte, em democracia, para que estejam garantidas as condições necessárias à existência de confiança, designadamente de confiança relativamente às Instituições Políticas, não é suficiente a montagem de um sistema de controlos cruzados.

Para Miguel (cit. in Ribeiro, 2013), a desconfiança nos Partidos Políticos, aliada ao declínio do comparecimento eleitoral e a ampliação da desconfiança em relação às Instituições Políticas em geral, constituem evidências que sustentam a tese de que o regime representativo moderno está em crise.

Já no entender de Mair (2003), esse declínio deve-se ao fato de essas organizações partidárias estarem cada vez mais incapazes de atrair as atenções e os afetos das massas.

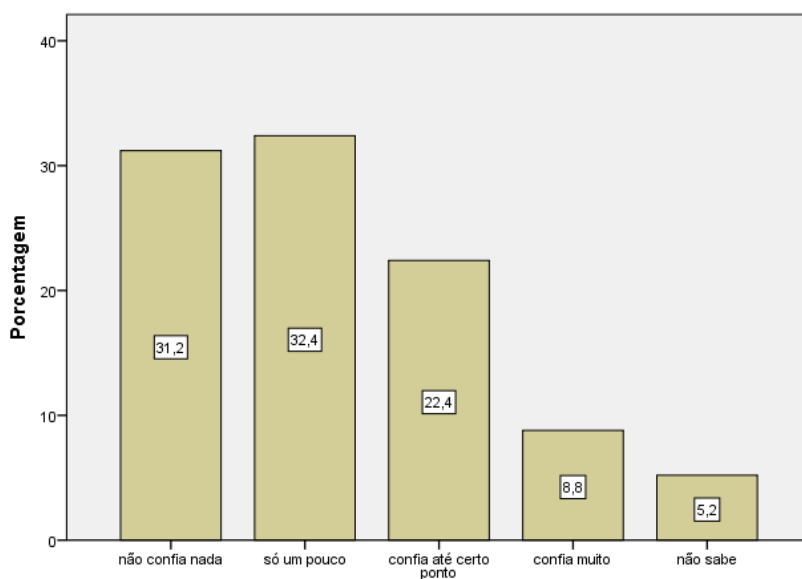
Nesta mesma linha, Miguel et. al (cit. in Silva et. al) destacam outros fatores que na atualidade levam ao declínio dos Partidos Políticos destacando-se entre eles, a crise da representação, a mediação dos processos políticos eleitorais (entendido como a predominância da cultura audiovisual nas relações sociais e, particularmente, nas de poder), a apatia política dos cidadãos em geral e o concomitante declínio do comparecimento eleitoral, a ampliação da desconfiança dos cidadãos com relação às Instituições Políticas, a burocratização das estruturas partidárias e o consequente esvaziamento dos partidos, entre outras males, o que evidencia a perda pelos partidos do monopólio da organização da representação política na sociedade contemporânea.

A confiança do eleitor provem da virtude do candidato, ou seja, do hábito do cidadão observar, de ser sensível às razões dos candidatos, e aí o cidadão confia. Para isso os candidatos terão de provar que fizeram, ou que pretendem fazer atos de igualdade, de moderação, de coragem, que serão justos nas suas decisões, que sejam sóbrios e corajosos.

Quando elegemos um candidato para nos representar politicamente, esperamos sempre que este fará um trabalho que seja digno de elogios, que este trabalhará em prol do bem comum e que sempre vai defender os interesses da coletividade, isto é, de alguma forma os cidadãos depositam a sua confiança neste ou naquele Partido porque o cidadão comum, despreparado não consegue gerir politicamente um Estado, daí a necessidade de

eleger pessoas preparadas para desempenhar esta função que é sem sombra de dúvidas de grande responsabilidade. Assim, o julgamento do cidadão para confiar ou não nas instituições só depende do desempenho delas mesmas.

Mas regra geral, o cidadão desconfia dos Partidos Políticos, acaba por colocar em causa o desempenho dessas mesmas instituições. E nesta onda de descrença, o cidadão acaba por perder a noção de que a política também serve para garantir direitos e isto constituirá sempre um sinal de mau funcionamento do Estado, que por sua vez constitui uma perigosa ameaça à credibilidade dos regimes entendidos por democráticos.



Fonte: Tabela 9 em anexo de tabelas

Gráfico 8 - Até que ponto você confia no Partido no Poder?

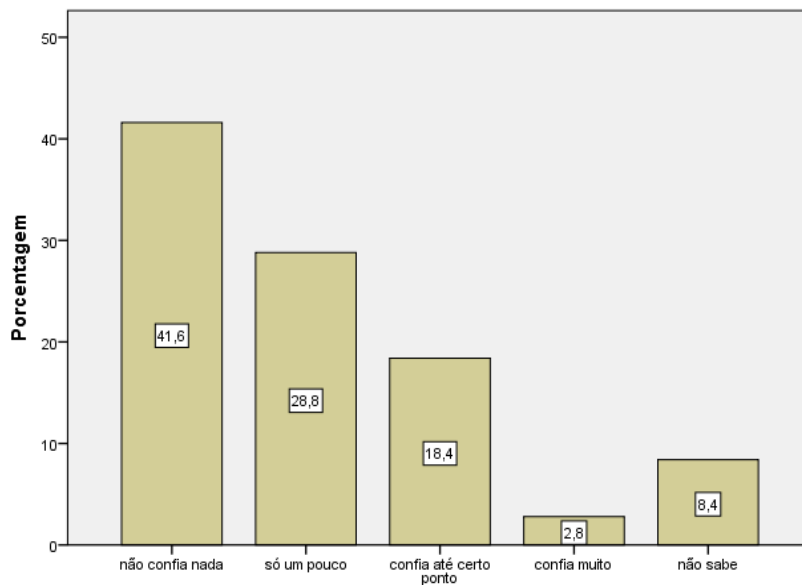
Segundo os dados, 81 indivíduos com o peso de 32,4% confiam só um pouco no Partido no Poder, 78 com o peso de 31,2% não confiam nada, 56 com o peso de 22,4% confiam até certo ponto, 22 com o peso de 8,8% confiam muito e 13 com o peso de 5,2% não sabem.

Se formos fazer uma comparação em termos de índice de confiança entre a oposição e o Partido no poder, vamos constatar que o segundo goza de maior confiança em relação ao primeiro por parte dos são-vicentinos, ao contrário do que se verificou anteriormente (ver tabela número 1), cenário onde os dados apontavam para uma menor confiança dos cabo-verdianos no partido no poder e uma maior confiança na oposição.

Há muito que os cidadãos estavam ávidos por uma mudança de governo no país e isto parece em certa medida justificar essa maior confiança no Partido no poder. O maior Partido da oposição esteve no poder por um período de quinze anos o que pode ter levado a um desgaste da imagem do próprio Partido que com tantos anos no poder deixou muitas lacunas por preencher no entender de muitos.

Essa oposição escolheu como líder uma personalidade cujos ideais não iam de encontro com aquilo que era esperado ou defendido pelos cidadãos não inspirava confiança, não se mostrou experiente o suficiente aos olhos da sociedade civil para conduzir politicamente o país.

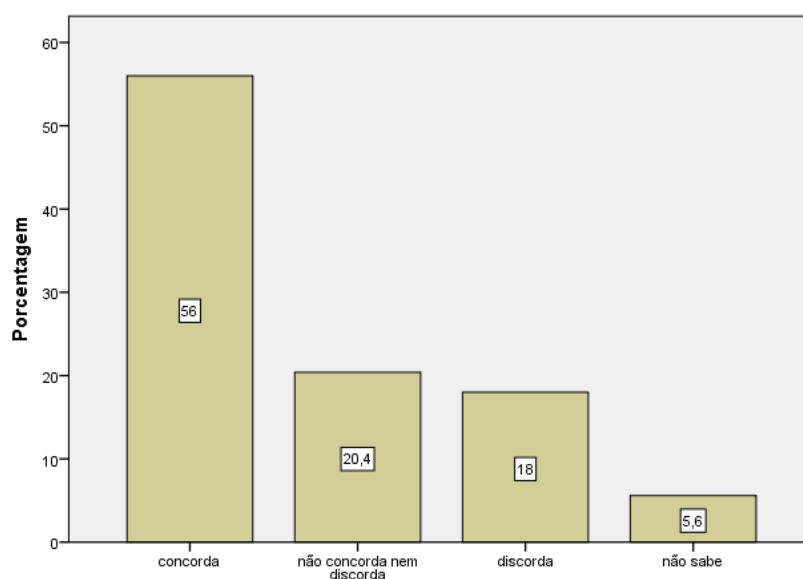
Já o líder do Partido no poder conquistou o público com uma linguagem carregada de esperança, de vontade de fazer a diferença, mostrando-se disposto a solucionar os principais problemas enfrentados pelo país, focando principalmente em encontrar soluções para o desemprego que constitui uma das maiores problemáticas enfrentadas pelo país.



Fonte: Tabela 10 em anexo de tabelas

Gráfico 9 - Até que ponto você confia no Partido da Oposição?

Segundo os dados, 104 indivíduos com o peso de 41,6% não confiam nada no Partido da oposição, 72 com o peso de 28,8% confiam só um pouco, 46 com o peso de 18,4% confiam até certo ponto, 21 com o peso de 8,4% não sabem e 7 com o peso de 2,8% confiam muito na posição.



Fonte: Tabela 11 em anexo de tabelas

Gráfico 10 - Sem Partidos não pode haver democracia. Concorda?

Segundo os dados recolhidos, 140 indivíduos com o peso de 56% concordam que sem Partidos Políticos não pode haver democracia, 51 com o peso de 20,4% não concordam nem discordam que sem partidos não pode haver democracia, 45 com o peso de 18% discordam e 14 com o peso de 5,6% não sabem.

Não obstante a falta de confiança dos cidadãos perante os partidos, a maioria (56%) concorda que sem essas organizações não pode haver democracia. São instituições muito criticadas, mas que são ao mesmo tempo fundamentais para as sociedades contemporâneas e para a existência dos próprios regimes democráticos.

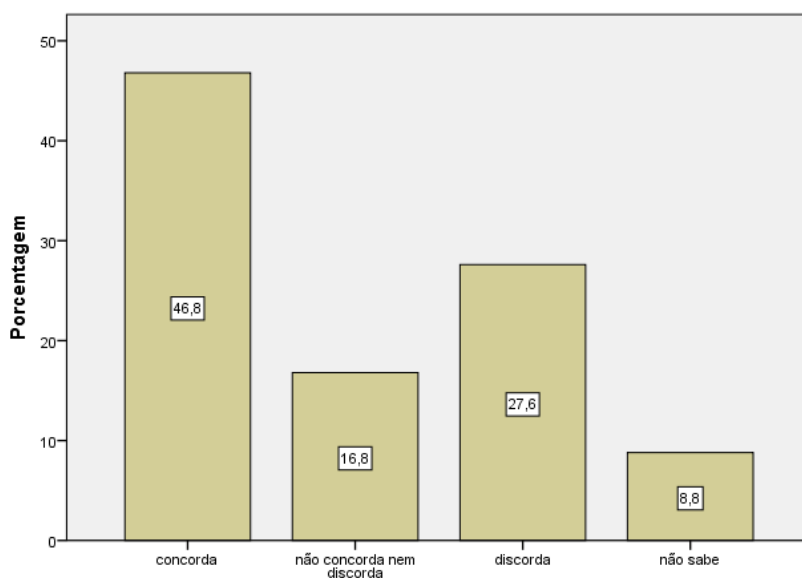
E é nesta lógica que Aguiar (1990), sustenta que “não há democracia pluralista e competitiva sem partidos”. Segundo ele, “uma crise dos partidos corresponde à crise no elemento mais relevante de um sistema político democrático, pluralista e competitivo”. O autor ainda realça que se estiver perante uma crise generalizada dos partidos ficará então provado que se está perante uma crise do sistema político democrático no seu todo.

Contudo na ótica de Mair (2003), diferente daquilo que Aguiar defende, os partidos que antes eram considerados um componente necessária à manutenção do governo representativo e um elemento essencial na estabilização e funcionamento sustentado da moderna democracia de massas, hoje são entendidos frequentemente como

instituições arcaicas e desatualizadas dedicadas aos seus próprios interesses, ou sendo criticados por servirem pouco mais do que a promoção dessa mesma classe.

São muitas vezes descritas hoje como organizações que dificultam a renovação democrática, mais do que como um dos meios pelos quais a democracia pode ser ainda sustentada.

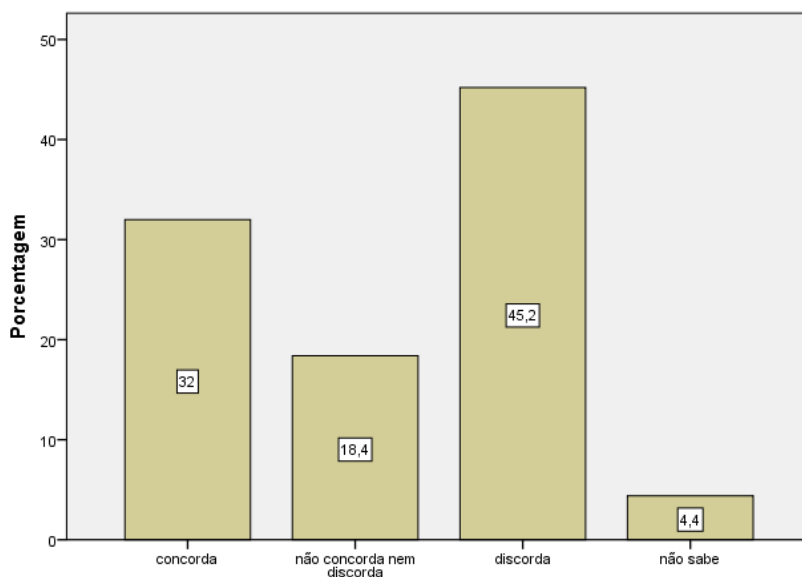
Apesar de todas as críticas que se têm voltado ao desempenho dos Partidos Políticos, muitos autores consideram impossível a existência de uma democracia sem Partidos Políticos.



Fonte: Tabela 12 em anexo de tabelas

Gráfico 11 - É graças aos Partidos Políticos que as pessoas participam na política. Concorda?

Segundo os dados 117 indivíduos com o peso de 46,8% concordam que é graças aos Partidos Políticos que as pessoas participam na política, 69 com o peso de 27,6% discordam que as pessoas participam na política graças aos Partidos, 42 com o peso de 16,8% não concordam nem discordam e 22 com o peso de 8,8% não sabem.



Fonte: Tabela 13 em anexo de tabelas

Gráfico 12 - Os Partidos Políticos só servem para dividir as pessoas. Concorda?

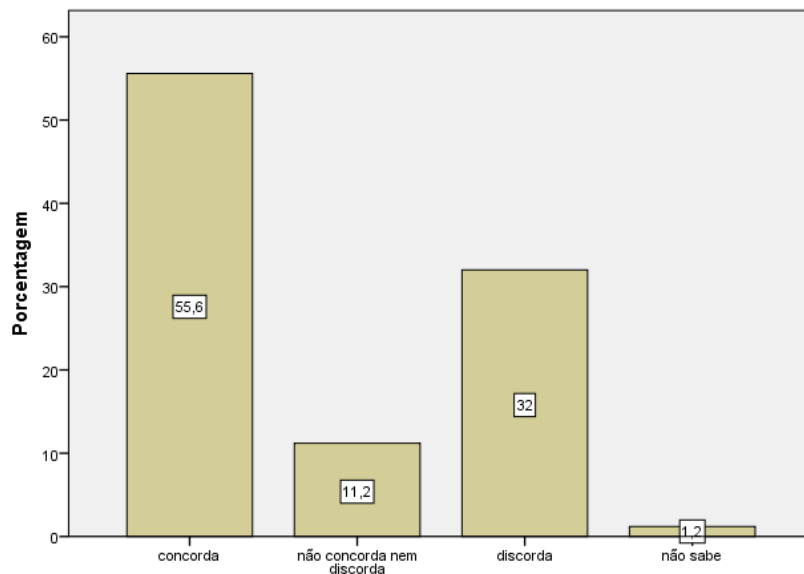
Segundo os dados recolhidos 113 indivíduos com o peso de 45,2% discordam que os Partidos só servem para dividir as pessoas, 80 com o peso de 32% concordam, 46 com o peso de 18,4% não concordam nem discordam e 11 com o peso de 4,4% não sabem.

A maioria dos inquiridos não está de acordo de que os Partidos Políticos só servem para dividir as pessoas (45,2%). São organizações que são duramente criticadas por várias razões, que estão perdendo a credibilidade, a confiança das pessoas em quase todos os cantos do globo, mas, não podemos negar a importância dessas mesmas organizações para as sociedades democráticas. Neste sentido os Partidos não podem ser vistos exclusivamente como entidades que só servem para dividir as pessoas.

Temos um regime político multipartidário, e Cabo Verde é um Estado de direito democrático e sendo assim, as pessoas podem livremente simpatizar-se com o Partido A, B ou C e eleger aquele que no seu entender lhe trará mais benefícios. Mas a verdade é que os Partidos têm de se concentrar mais na discussão de assuntos de interesse do cidadão, traçando estratégias eficazes para resolução de problemas que preocupam de fato a sociedade civil.

Contudo não é este o cenário que temos vindo a observar no país, pois a percepção generalizada é a de que os Partidos não têm vindo a desempenhar corretamente as suas

funções, não cumprindo aquilo que prometem em períodos de campanha como mostram os dados da investigação.



Fonte: Tabela 14 em anexo de tabelas

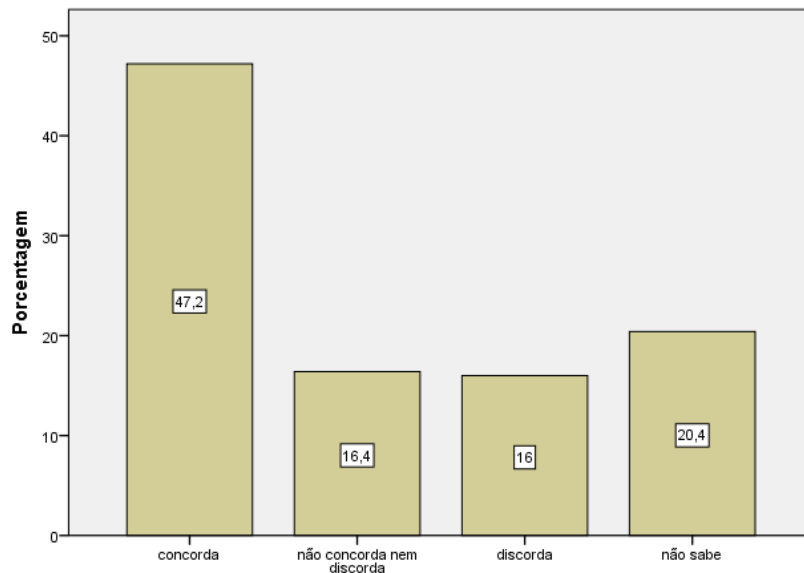
Gráfico 13 - Os Partidos Políticos criticam-se muito uns aos outros, mas são todos iguais. Concorda

Segundo os dados, 139 indivíduos com o peso de 55,6% concordam que os Partidos Políticos são todos iguais, 80 com o peso de 32% discordam, 28 com o peso de 11,2% não concordam nem discordam e 3 com o peso 1,2% não sabem.

A maioria dos inquiridos acredita que os Partidos Políticos são todos iguais. Durante o período eleitoral esta é uma das frases que mais se ouve por parte das pessoas, elas afirmam categoricamente que os Partidos são todos iguais e que não vale a pena votar neste ou naquele Partido, pois no final das contas todos farão a mesma coisa e que não se observa nada de diferente ou nada de novo. É como se as pessoas já não soubessem afinal quem defende o quê, pois hoje em dia não há critérios seguros para se distinguir as ideologias políticas o que acaba por reforçar a ideia de que os Partidos Políticos são todos iguais.

Nesta linha, Mair (2003), afirma que os partidos vêm-se obrigados cada vez mais a partilharem os seus programas e políticas e, uma vez no poder, a partilharem a sua implementação.

Para ele tornou-se evidente que hoje em dia é mais difícil na prática encontrar os contrastes entre os Partidos Políticos, uma vez que estes passaram a partilhar os mesmos eleitores, e tendem necessariamente a adaptar técnicas similares de organização e campanha e que tanto em termos sociais como em termos ideológicos existe uma menor oposição entre essas organizações.



Fonte: Tabela 15 em anexo de tabelas

Gráfico 14 - A bipolarização partidária inibe o desenvolvimento democrático em Cabo Verde. Concorda?

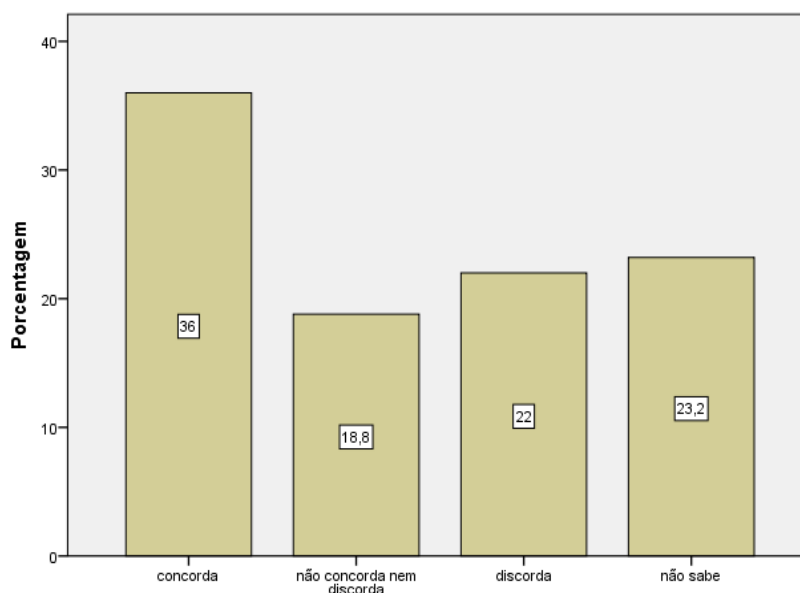
Segundo os dados, 118 indivíduos com o peso de 47,2% concordam que a bipolarização partidária inibe o desenvolvimento democrático em Cabo Verde, 51 com o peso de 20,4% não sabem, 41 com o peso de 16,4% não concordam nem discordam e 40 com o peso de 16% discorda.

Sendo assim, é evidente que a maior parte dos indivíduos (47,2%) concordou que a bipolarização partidária inibe sim o desenvolvimento democrático em Cabo Verde.

Com a bipolarização a nossa democracia tem muito a perder uma vez que a essência desse regime é a alternância política.

Seria uma mais valia se Cabo Verde possuísse outras opções partidárias fortes e com capacidade para governar, com potencial para atrair todo tipo de eleitor. Daria uma nova dinâmica ao regime uma vez que em Cabo Verde se não é o PAICV a governar é o

MpD. Bipolarização essa, que é realidade em outros pontos do globo como, por exemplo, em Portugal que quando não é o PS a governar, é o PSD e vice-versa.



Fonte: Tabela 16 em anexo de tabelas

Gráfico 15 - Os Partidos Políticos em Cabo Verde possuem ideologia.
Concorda?

Segundo os dados, 90 indivíduos com o peso de 36% concordam que os Partidos Políticos em Cabo Verde possuem ideologia, 58 com o peso de 23,2% não sabem ou não respondem, 55 com o peso de 22% discorda e 47 com o peso de 18,8% não concordam nem discordam.

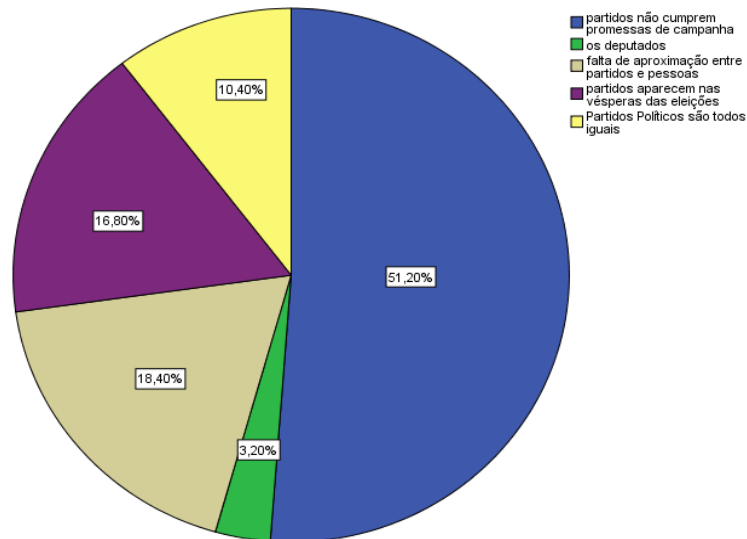
De acordo com os dados, a maioria dos inquiridos (36%) acredita que os Partidos Políticos em Cabo Verde possuem ideologia.

Mas na visão de Costa (2013), ao analisarmos a orientação política, os programas eleitorais e os discursos das principais forças políticas de Cabo Verde, (PAICV e MPD), damos-nos conta de que a distância e o grau de polarização entre eles é praticamente inexistente.

As ideologias (dicotomia entre esquerda /direita) estão sendo substituídas pelo princípio de pragmatismo e eficácia eleitoral. Isto é, segundo o autor os eleitores têm vindo a votar em função da eficácia dos Partidos Políticos em vez de utilizarem as ideologias partidárias.

Outro fato importante que podemos constatar com a análise do gráfico é que uma larga percentagem dos inquiridos (23,2%), não sabe se os Partidos Políticos em Cabo Verde possuem ou não ideologia, fato constatado da dificuldade em distinguir as ideologias políticas vigentes por parte da sociedade civil.

Este fato pode em certa medida evidenciar que estamos perante uma sociedade detentora de uma fraca cultura política.



Fonte: Tabela 17 em anexo de tabelas

Gráfico 16 - Na sua opinião, qual o fator que leva à desconfiança dos cidadãos perante os Partidos Políticos em Cabo Verde?

Segundo os dados, 128 indivíduos com o peso de 51,20% apontam as promessas de campanha que os Partidos não têm vindo a cumprir como o fator que leva a desconfiança dos cidadãos perante os Partidos Políticos, 46 com o peso de 18,40% apontam a falta de aproximação entre os Partidos e as pessoas, 42 com o peso de 16,8% apontam o fato de os partidos aparecerem somente nas vésperas das eleições, 26 com o peso de 10,40% acreditam que os partidos são todos iguais e 8 com o peso de 3,2 % apontam os deputados.

Essa diminuição do nível de confiança nos Partidos Políticos está relacionada a vários fatores. No entanto algumas pistas podem ser dadas pelos dados recolhidos. Os resultados mostram que 51,20% dos são-vicentinos acreditam que as Partidos Políticos não têm vindo a cumprir as promessas de campanha.

Por altura das eleições fazem todo e qualquer tipo de promessas somente para agradar e conquistar o eleitor mesmo sabendo que algumas delas dificilmente serão cumpridas durante o mandato. As pessoas acreditam que os políticos raramente mantêm as promessas de campanha depois das eleições.

Para Dalton et al. (cit. in Freire e Viegas, 2004), muitas dessas atitudes de descrédito resultam hoje de uma maior consciência crítica e de um maior descontentamento por parte dos cidadãos face ao que Bobbio (1998) designou de promessas não cumpridas da democracia e ao que Pasquino (1997) entende serem as especificidades de uma democracia exigente.

Contudo Bobbio (cit. in Freire e Viegas, 2004) reconhece que muitas dessas promessas não poderiam ser cumpridas, uma vez que muitas delas desde o início foram meras ilusões e outras não obtiveram resposta ou então deparam com obstáculos imprevistos.

Neste sentido, Robaldo (2004) esclarece que, uma coisa é fazer acordos para melhor governar, outra coisa é fazer promessas muitas vezes até milagrosas, para conquistar o voto do eleitor e depois não cumprir nem mesmo as viáveis. Mas para o autor, não se pode negar que o eleitor tem culpa nesse contexto, sustentando a sua tese com a famosa expressão “quando a oferta é grande, o santo desconfia” ou deveria desconfiar.

As promessas feitas durante as campanhas são inevitáveis para um candidato que almeja ter o poder em suas mãos. Mas uma coisa é trazer ao público o seu plano de governo, e de onde sairão as receitas para executar esse mesmo plano, e outra coisa bem diferente é fazer promessas totalmente inviáveis somente para conquistar o eleitor e ganhar o seu voto e depois não cumprir simplesmente.

“O desrespeito pela vontade dos cidadãos tem como contrapartida a erosão da legitimidade do sistema político” (TORES e ANTUNES, 2011).

A segunda razão mais apontada pelos inquiridos é o fato de existir uma falta de proximidade entre os Partidos e as pessoas, 18,40% dos inquiridos apontaram este fator. Em terceiro lugar estes apontaram fato de os partidos aparecerem somente nas vésperas de campanha, precisamente 16,80%. Em quarto lugar e em menor lugar, 10,40% dos inquiridos acreditam que os partidos são todos iguais e por último os deputados, que foram apontados por 3,20 % dos indivíduos inquiridos.

CONCLUSÃO

A crescente desconfiança dos cidadãos perante as instituições políticas tem se tornado um fator preocupante que pode comprometer o normal funcionamento dos regimes democráticos.

O que acontece é que os eleitorados nacionais estão cada vez mais desconfiados e críticos perante o funcionamento das Instituições Políticas e igualmente cépticos em relação ao desempenho dos seus titulares.

Assim para o desenvolvimento do tema escolhido, foi colocada a seguinte pergunta de partida – *qual é o nível de confiança dos são-vicentinos nos Partidos Políticos?* - Segundo os dados recolhidos a confiança nos Partidos Políticos está muito em baixa. Apenas 1,2% dos inquiridos disseram confiar muito nessas instituições, enquanto que uma elevada percentagem dos indivíduos inquiridos (49,2%) disse não confiar nada nos Partidos Políticos. Sendo assim para responder a nossa pergunta de partida, com base nos dados podemos dizer que os são-vicentinos não confiam nada nos Partidos Políticos em Cabo Verde.

Neste sentido, propusemos descobrir que fatores poderão estar por detrás dessa desconfiança dos são-vicentinos perante os Partidos Políticos, onde escolhemos cinco com o intuito de saber qual fator seria o mais apontado. A análise dos dados nos permite verificar claramente que a maioria dos inquiridos, precisamente (51,20%) acredita que os Partidos não têm vindo a cumprir as promessas de campanha, constituindo deste modo o principal fator que leva a que os cidadãos desconfiem dos Partidos Políticos.

A segunda razão mais apontada é a falta de aproximação entre os Partidos e as pessoas. Precisamente 18,40% dos inquiridos vêm este fator como causador da falta de confiança naquelas instituições.

Em menor grau foram apontados outros fatores determinantes tais como o fato de os Partidos aparecerem somente nas vésperas das eleições precisamente 16,8% dos inquiridos apontou este fator, 10,40% acredita que os Partidos são todos iguais e apenas 3,2 % acha que essa desconfiança deve-se aos próprios deputados.

No que diz respeito ao nosso primeiro objetivo específico – *“verificar até que ponto os são-vicentinos confiam nos Partidos Políticos”* – de acordo com o levantamento dos dados podemos dizer que é muito baixa a percentagem de indivíduos que confiam

nos Partidos Políticos, precisamente 1,2% dos inquiridos. Isto é, a maioria (49,2%) não confia nos Partidos Políticos, um valor preocupante uma vez que corresponde a quase 50%.

A percentagem restante está dividida entre os que confiam pouco, (22,4%) os que confiam até certo ponto, (19,6%), e os que não sabem (7,6%).

Quanto ao segundo objetivo específico – *“verificar se existe crise de ideologia dos Partidos Políticos em Cabo Verde”* – com o levantamento dos dados podemos dizer que ideologicamente os Partidos não estão em crise em Cabo Verde, uma vez que a maioria dos inquiridos (36%) acredita que os Partidos Políticos em Cabo Verde possuem ideologia política.

Contudo torna-se muito importante realçar que temos uma elevada percentagem de indivíduos (23,2) que responderam que não sabem se os Partidos Políticos em Cabo Verde possuem ideologia.

Olhando a nossa volta, da experiência quotidiana, podemos dizer que há certa dificuldade por parte das pessoas em distinguir as ideologias partidárias, em compreender o que é um partido de direita, o que é um partido de esquerda, em que categoria ideológica se enquadra os nossos partidos e por aí fora. A nossa sociedade parece estar pouco informada sobre o aspecto ideológico.

No que diz respeito ao nosso terceiro e último objetivo específico – *“verificar se os Partidos Políticos são as Instituições Políticas em Cabo Verde que de menos confiança gozam por parte dos são-vicentinos”* – de acordo com o levantamento dos dados podemos dizer que sim, os Partidos Políticos são as Instituições Políticas em que os são-vicentinos depositam menor confiança.

Em termos de confiança, os Partidos Políticos estão claramente em desvantagem em relação às demais instituições mencionadas no decorrer da investigação. Importa realçar que quando comparamos a oposição com o partido no poder, podemos constatar que o segundo goza de mais confiança, precisamente 8,8% em relação ao primeiro (2,8).

Há pouco mais de dois anos que os cidadãos optaram por colocar um novo partido no poder, isto é, houve uma vontade deliberada por parte do povo em escolher um novo governo. O maior partido da oposição no momento veio a ser substituído após alguns anos de sucessivos mandatos, o que pode ter levado a um desgaste da imagem do próprio partido, levando a que a sociedade civil sentisse sede de uma mudança, mudança essa que veio a acontecer em 2016 nas legislativas realizadas no país, quando o povo decidiu

confiar no partido que neste momento se encontra no poder para conduzir os destinos do país.

Desde o estabelecimento da democracia, com as eleições de Janeiro de 1991 e da promulgação da Constituição de 1992, os Partidos Políticos assumiram uma posição central no sistema político. Entretanto, paradoxalmente, de entre as Instituições Políticas os Partidos Políticos são os que contam com os menores índices de confiança, quando comparados com outras instituições.

Não obstante essa onda de pessimismo por parte das populações a nível mundial, como de muitos cientistas políticos, ao apontarem o dedo aos Partidos Políticos como sendo causadores de muitos dos males da democracia, é consensual a ideia de que os Partidos Políticos são as únicas instituições capazes de representar a sociedade, de desempenhar as funções que estes desempenham.

RECOMENDAÇÕES

Os Partidos Políticos com assento parlamentar devem defender os interesses das pessoas que os elegem e não os interesses partidários.

Os Partidos Políticos devem apostar na criação de escolas de formação dos seus quadros, para que estes consigam defender as ideologias partidárias.

As instituições de ensino em Cabo Verde devem dar maior atenção à formação política dos jovens para que estes possam ser interventivos não só em termos de participação política, mas, sobretudo reivindicativos.

Os deputados que representam não só os partidos, como também as pessoas que os elegem devem melhorar a linguagem política na Assembleia uma vez que atualmente muito se tem falado na crise de linguagem política em Cabo Verde.

Deve haver também uma maior aproximação entre os Partidos Políticos e a sociedade em geral.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, J. (1990). As funções dos partidos nas sociedades modernas. In: *Análise Social*, vol. XXV (107), (3.º), pp.287-331. [Em linha]. Disponível em: < <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034142C8oFR2qk4Eq89YH8.pdf>>. [consultado em 28/04/2018].

BARCELLOS, J. (2014). Reflexões sobre a confiança na política. [Em linha]. Disponível em <<https://www.sul21.com.br/jornal/reflexoes-sobre-a-confianca-na-politica/>> > [Consultado em 02/03/2018].

CANCIAN, R. (2008). Cultura política - busca da democracia: A construção da cultura cívica. [Em linha]. Disponível em < <https://educacao.uol.com.br/.../cultura-politica---busca-da-democracia-a-construção-d...>> [Consultado em 21/04/2018].

COSTA, H. (2010). Crise dos partidos e a transformação dos Governos representativos. *Revista Cronos*, v.11, n1 pp. 274-294. [Em linha]. Disponível em< <http://ufrn.emnuvens.com.br/cronos/article/view/1700>> [Consultado em 02/04/2018].

COSTA, S. (2013). Sociedade civil e Qualidade da Democracia em Cabo Verde: entre a letárgica cívica e a onnipresença do leviatã. In: SARMENTO, C. e COSTA, S. *Entre África e a Europa, Nação, estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra, Almedina, pp.273- 329.

COUTINHO, E. (2012) Partidos Políticos: Inevitabilidade ou nocividade?- uma reflexão Rousseauiana. *Revista (ISSN 2182-7567)*, nº 12, pp.7319-7355 [Em linha]. Disponível em http://www.idb-fdul.com/uploaded/files/2012_12_7319_7355.pdf> [consultado em 04/03/2018].

CRUZ, P. (2002). Ideologias Políticas: Direita e Esquerda em Cabo Verde, de 1975 a 2010. [Em linha]. Disponível em < <https://www.repository.utl.pt> > ... > [BISCSP – Teses de mestrado](#) > [Consultado em 26/04/2018].

FERNANDES, A. T., (2004). *Democracia descentralização e cidadania*. Portugal, Celta Editora, org. (Viegas, José e Pinto Costa).

FORTIN, M. F., Côte, J. & Filion, F. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. S.L: Lusodidacta.

FREIRE, A. (2006). *Esquerda e Direita na Política Europeia*. Lisboa, ICS

FREIRE, A. VIEGAS, M. (2009). *Representação política: O caso português em perspectiva comparada*. Editora sextante.

MAIR, P. (2003). Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, 277-293. [Em linha]. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218738808O9jEJ7wj1Ds10DV6.pdf>> [consultado em 28/05/2018].

MARTINS, M. (2004). *Participação Política e Democracia: O caso Português (1976-2000)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade Técnica de Lisboa).

MOISÉS, J. (2005). A desconfiança nas instituições democráticas, Opin. Publica v.11 n.1 Campinas. [Em linha]. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762005000100002>> [Consultado em 02/03/2018].

MONTEIRO, J. (2003). *Poder e obediência, uma teoria do consentimento*. Lisboa,

PASQUINO, G. (2002). *Curso de ciência Política*. Cascais, Principia.

RAMOS, A. (2012). *Partidos Políticos na Democracia Cabo-Verdiana: Um estudo de caso (1991-2011)*. Praia. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. [Em linha]. Disponível em <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2545>> [consultado em 18/05/2018]

RIBEIRO, R. (2013). *Marx Weber e a crise representacional dos partidos contemporâneos*. [Em linha]. Disponível em <[http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/III SD 2013/Mesa 4.2 - Ricardo Ribeiro III SD 2013.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/III_SD_2013/Mesa_4.2_-_Ricardo_Ribeiro_III_SD_2013.pdf)>. [Consultado em 15/04/2018].

ROSAS, J. (2016). Ideologias Políticas Contemporâneas. [Em linha]. Disponível em <www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=21103> [Consultado em 26-04/2018].

SILVA, M. e ALVES, D. (2010). *Noções de Direito Constitucional e ciência Política*. Rei Livros.

TORRES, A. e ANTUNES, A. (2011). *O Regresso dos Partidos*. 2 ed. Lisboa, Ancora.

VIEGAS, J, PINTO, A. e FARIA, S. (2004). *Democracia novos desafios e novos horizontes*. Celta Editora.

PÁGINAS DA INTERNET:

- <http://www.afrobarometer.org/fr/>
- <http://www.asemana.publ.cv>
- <http://www.afrosondagem.cv>

ANEXOS

ANEXO DE TABELAS

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	18-24 anos	91	36,4	36,4
	25-34 anos	73	29,2	65,6
	35-44 anos	52	20,8	86,4
	45-54 anos	21	8,4	94,8
	55-64 anos	10	4,0	98,8
	65 + anos	3	1,2	100,0
	Total	250	100,0	100,0

Tabela 2 - Faixa etária?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Masculino	124	49,6	49,6
	Feminino	126	50,4	100,0
	Total	250	100,0	100,0

Tabela 3 - Género?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não confia nada	70	28,0	28,0
	Só um pouco	76	30,4	58,4
	Confia até certo ponto	64	25,6	84,0
	Confia muito	24	9,6	93,6
	Não sabe	16	6,4	100,0
	Total	250	100,0	100,0

Tabela 4 - Nível de confiança no Primeiro Ministro.

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não confia nada	68	27,2	27,2
	Só um pouco	84	33,6	60,8
	Confia até certo ponto	72	28,8	89,6
	Confia muito	11	4,4	94,0
	Não sabe	15	6,0	100,0
	Total	250	100,0	100,0

Tabela 5 - Nível de confiança na Assembleia Nacional.

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não confia nada	29	11,6	11,6
	Só um pouco	70	28,0	39,6
	Confia até certo ponto	74	29,6	69,2
	Confia muito	65	26,0	95,2
	Não sabe	12	4,8	100,0
	Total	250	100,0	100,0

Tabela 6 - Nível de confiança no Presidente da República.

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não confia nada	81	32,4	32,4
	Só um pouco	94	37,6	70,0
	Confia até certo ponto	44	17,6	87,6
	Confia muito	20	8,0	95,6
	Não sabe	11	4,4	100,0
	Total	250	100,0	100,0

Tabela 7 - Nível de confiança no Governo.

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não confia nada	123	49,2	49,2
	Só um pouco	56	22,4	71,6
	Confia até certo ponto	49	19,6	91,2
	Confia muito	3	1,2	92,4
	Não sabe	19	7,6	100,0
	Total	250	100,0	100,0

Tabela 8 - Nível de confiança de Partidos nos Políticos.

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não confia nada	78	31,2	31,2
	Só um pouco	81	32,4	63,6
	Confia até certo ponto	56	22,4	86,0
	Confia muito	22	8,8	94,8
	Não sabe	13	5,2	100,0
	Total	250	100,0	100,0

Tabela 9 - Nível de confiança de Partido Poder

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não confia nada	104	41,6	41,6
	Só um pouco	72	28,8	70,4
	Confia até certo ponto	46	18,4	88,8
	Confia muito	7	2,8	91,6
	Não sabe	21	8,4	100,0
	Total	250	100,0	100,0

Tabela 10 - Nível de confiança de Partido na Oposição.

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda	140	56,0	56,0
	Não concorda nem discorda	51	20,4	76,4
	Discorda	45	18,0	94,4
	Não sabe	14	5,6	100,0
	Total	250	100,0	

Tabela 11 - Sem Partidos não há Democracia. Concorda?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda	117	46,8	46,8
	Não concorda nem discorda	42	16,8	63,6
	Discorda	69	27,6	91,2
	Não sabe	22	8,8	100,0
	Total	250	100,0	

Tabela 12 - Graças aos Partidos que as pessoas participam na política. Concorda?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda	80	32,0	32,0
	Não concorda nem discorda	46	18,4	50,4
	Discorda	113	45,2	95,6
	Não sabe	11	4,4	100,0
	Total	250	100,0	

Tabela 13 - Os Partidos só servem para dividir pessoas. Concorda?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda	139	55,6	55,6
	Não concorda nem discorda	28	11,2	66,8
	Discorda	80	32,0	98,8
	Não sabe	3	1,2	100,0
	Total	250	100,0	

Tabela 14 - Os Partidos se criticam, mas são todos iguais. Concorda?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda	118	47,2	47,2
	Não concorda nem discorda	41	16,4	63,6
	Discorda	40	16,0	79,6
	Não sabe	51	20,4	100,0
	Total	250	100,0	

Tabela 15 - A bipolarização partidária inibe o desenvolvimento democrático em Cabo Verde. Concorda?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Concorda	90	36,0	36,0
	Não concorda nem discorda	47	18,8	54,8
	Discorda	55	22,0	76,8
	Não sabe	58	23,2	100,0
	Total	250	100,0	

Tabela 16 - Os Partidos Cabo-verdianos possuem ideologia. Concorda?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido				
Partidos não cumprem promessas de campanha	128	51,2	51,2	51,2
Os deputados	8	3,2	3,2	54,4
Falta de aproximação entre partidos e pessoas	46	18,4	18,4	72,8
Partidos aparecem nas vésperas das eleições	42	16,8	16,8	89,6
Partidos Políticos são todos iguais	26	10,4	10,4	100,0
Total	250	100,0	100,0	

Tabela 17 - Qual o fator que leva à desconfiança dos cabo-verdianos nos Partidos Políticos?

QUESTIONÁRIO

Bom dia/ boa tarde, eu sou Heidy Lima, estudante da Universidade do Mindelo, estou a realizar um trabalho sobre a confiança dos São vicentinos perante as Instituições Políticas em particular os Partidos Políticos, e neste sentido agradecia a sua participação no estudo respondendo a algumas questões determinantes para a realização do trabalho. OBS.: O questionário é anónimo.

Por favor, diga-me:

P1 – Qual é a sua faixa etária?

- ☐ 18-24
- ☐ 25-34
- ☐ 35-44
- ☐ 45-54
- ☐ 55-64
- ☐ 65 e mais anos

P2 – Género?

- ☐ 1-Masculino
- ☐ 2-Feminino

P3 – Até que ponto você confia no Primeiro Ministro?

- ☐ 1-Não confia nada
- ☐ 2-Só um pouco
- ☐ 3-Confia até certo ponto
- ☐ 4-Confia muito
- ☐ 5-NS

P4 Até que ponto você confia na Assembleia Nacional?

- ☐ 1-Não confia nada
- ☐ 2- Só um pouco
- ☐ 3- Confia até certo ponto
- ☐ 4 -Confia muito
- ☐ 5 -NS

P5 Até que ponto você confia no Presidente da República?

- ☐ 1-Não confia nada
- ☐ 2- Só um pouco
- ☐ 3 -Confia até certo ponto
- ☐ 4- Confia muito
- ☐ 5-NS

P6 Até que ponto você confia no Governo?

- ☐ 1-Não confia nada
- ☐ 2-Só um pouco
- ☐ 3-Confia até certo ponto
- ☐ 4-Confia muito
- ☐ 5-NS

P7 Até que ponto você confia nos Partidos Políticos em Cabo Verde?

- ☐ 1-Não confia nada
- ☐ 2-Só um pouco
- ☐ 3-Confia até certo ponto
- ☐ 4-Confia muito
- ☐ 5-NS

P8 Até que ponto você confia no Partido no Poder?

- ☐ 1-Não confia nada
- ☐ 2-Só um pouco
- ☐ 3-Confia até certo ponto
- ☐ 4-Confia muito
- ☐ 5-NS

P9 Até que ponto você confia no Partido da Oposição?

- ☐ 1-Não confia nada
- ☐ 2-Só um pouco
- ☐ 3-Confia até certo ponto
- ☐ 4-Confia muito
- ☐ 5-NS

P10 Sem Partidos Políticos não pode haver democracia. Concorda?

- ☐ 1-Concorda
- ☐ 2-Não concorda nem discorda
- ☐ 3-Discorda
- ☐ 4-NS

P11 É graças aos Partidos Políticos que as pessoas participam na política. Concorda?

- ☐ 1-Concorda
- ☐ 2-Não concorda nem discorda
- ☐ 3-Discorda
- ☐ 4-NS

P12 Os Partidos Políticos só servem para dividir as pessoas. Concorda?

- ☐ 1-Concorda
- ☐ 2 -Não concorda nem discorda
- ☐ 3-Discorda
- ☐ 4-NS

P13 Os Partidos Políticos criticam-se muito uns aos outros, mas são todos iguais. Concorda?

- ☐ 1-Concorda
- ☐ 2-Não concorda nem discorda
- ☐ 3-Discorda
- ☐ 4-NS

P14 A bipolarização partidária inibe o desenvolvimento democrático em Cabo Verde. Concorda?

- ☐ 1-Concorda
- ☐ 2-Não concorda nem discorda
- ☐ 3-Discorda
- ☐ 4-NS

P15 Os Partidos Políticos em Cabo Verde possuem ideologia. Concorda?

- ☐ 1-Concorda
- ☐ 2-Não concorda nem discorda
- ☐ 3-Discorda
- ☐ 4-NS

P16 Na sua opinião qual o fator que mais tem contribuído para a desconfiança dos cidadãos nos Partidos Políticos?

- ☐ 1-Os Partidos Políticos não têm vindo a cumprir as promessas de campanha
- ☐ 2-Os deputados
- ☐ 3-Existe uma falta de aproximação entre os Partidos Políticos e as pessoas
- ☐ 4 -Os Partidos Políticos só aparecem nas vésperas das eleições
- ☐ 5-Os Partidos Políticos são todos iguais

Muito obrigada